



MAIS DE
30
ANOS
DE HISTÓRIA



Asociación Iberoamericana
de Gas Licuado de Petróleo
Associação Ibero-Americana
de Gás Liquefeito de Petróleo



MAIS DE
30
ANOS
DE HISTÓRIA

Princípios e propósitos

Ao longo de seus 35 anos de existência, a AIGLP passou por uma série de transformações não muito comuns em organizações desse tipo. A Associação Mundial de GLP (WLPGA) funciona há três décadas em Paris, onde foi fundada, e a Associação Europeia (AEGLP) mudou de país uma vez, da França para a Bélgica, por questões de natureza política, enquanto a sede da AIGLP mudou de continente e está no seu terceiro país. Este é apenas o aspecto mais visível de um histórico de mudanças que se reflete em toda a estrutura operacional e nos mais diversos procedimentos técnicos e administrativos do dia a dia da Associação Ibero-Americana de GLP.

Este livro foi idealizado para resgatar as razões do surgimento da AIGLP e o seu propósito desde a fundação em 1986. Deste modo poderíamos avaliar se aquilo que pensavam os fundadores ainda faz sentido em relação ao que se pensa e se faz hoje. No texto que temos agora a satisfação de publicar, vemos que a Associação continua 100% coerente com seu propósito original e também com a forma de alcançá-lo, trabalhando junto aos governos e órgãos reguladores dos países da região, em total alinhamento com as empresas do setor, além de reforçar a importância do GLP junto aos diversos segmentos da administração pública, da atividade empresarial e da sociedade como um todo.

É motivo de orgulho para todos nós o fato de termos sido a segunda associação regional de GLP fundada no mundo, mesmo antes da Associação Mundial, pois isto situa a América Latina como um mercado relevante no cenário internacional na produção e consumo de energia. Também é muito gratificante constatar que nossos propósitos e nossos princípios vêm se fortalecendo, ano após ano, ao longo da trajetória da AIGLP.

Vemos hoje que a AIGLP se tornou muito mais robusta, adotando os melhores procedimentos, em termos de boas práticas, manual de compliance, políticas internas, publicações, grupos de trabalhos e consultorias especializadas. Com mais de 60 membros, temos uma Associação consolidada, que amadureceu sem jamais perder seu rumo, mesmo tendo de certa forma perdido os vínculos entre os que a conduziram nas primeiras etapas e a geração atual.

A cada mudança, a AIGLP praticamente encerrava um capítulo e nascia de novo. Transferir-se da Espanha para o Chile foi uma decisão estratégica: os associados, em sua grande maioria, eram da América Latina, assim como os temas debatidos; toda a representatividade institucional do GLP no velho continente já estava consolidada com o surgimento das associações europeia e mundial; e as próprias empresas europeias estavam entrando no mercado latino-americano, portanto fazia muito mais sentido estar mais perto. A segunda transição, para o Brasil, buscava imprimir um ritmo de trabalho mais intenso, com a presença e o volume de trabalho que o mercado na região passou a exigir.

Nos últimos anos, a Associação implementou uma estrutura operacional capaz de desenvolver suas ações junto aos diversos países, com um plano estratégico que lhe permitirá ser mais proativa, visando ao crescimento do mercado, pois o GLP tem potencial para contribuir ainda mais fortemente para o bem-estar da região.

Portanto, além de se firmar em toda a região influenciando decisivamente o aprimoramento do marco regulatório nos diversos países, como se pode ver em várias histórias citadas neste livro, a AIGLP tem seu foco também na valorização do produto, como um energético moderno, limpo, eficiente, sustentável, econômico e disponível para a sociedade. E com estas duas vertentes que se complementam, nossa Associação cumpre efetivamente o seu objetivo maior de assegurar o abastecimento dessa energia excepcional para todas as camadas sociais, nas metrópoles e nas localidades mais distantes, com uma regulação justa, adequada e moderna, para que o consumidor seja sempre o maior beneficiado de todos os trabalhos, planos, estudos, interações, decisões, investimentos e ações que são narrados nas páginas que se seguem.

Ricardo Tonietto

Presidente

Diego Ciufici N. Alves

Diretor-executivo

Capítulo 1

A EXPANSÃO DO GLP E O SURGIMENTO
DAS ASSOCIAÇÕES INTERNACIONAIS, 6

Capítulo 2

NOVOS PARADIGMAS NO MERCADO DE ENERGIA, 18

Capítulo 3

DA PENÍNSULA IBÉRICA PARA A AMÉRICA DO SUL, 36

Capítulo 4

FORTALECENDO OS PILARES, 60

Capítulo 5

VISÃO DE FUTURO: TENDÊNCIAS DO SETOR DE GLP, 84

Associação Europeia foi precursora da AIGLP e da WLPGA, 8
GLP conquista seu espaço no mercado da energia, 10
Objetivos estratégicos dos diversos membros da Associação Ibero-Americana, 13
Europeus e sul-americanos fundam a Associação Mundial, 17

Preocupações econômicas no mercado de energia, 22
Lobby legítimo, positivo e transparente, 23
A defesa da marca nos recipientes de GLP, 27
Exemplos de sucesso do trabalho associativo, 30
Maior abrangência da entidade e novas aplicações do GLP, 32
Virada do milênio, tempo de renovação, 34

Novos tempos, novos rumos, nova sede, 40
Visão de futuro no mercado de GLP, 42
Em foco, as boas práticas de comercialização, 47
Mudanças estruturais preparam novo ciclo, 50

Em debate, a temática prioritária e mais relevante, 63
Razões e resultados da mudança para o Brasil, 67
Atuação intensificada nos países da região, 69
Centro internacional de referência em GLP, 74
Maior intercâmbio regional e mundial, 76
Manual de Compliance e Pilares do Mercado, 80

Papel de destaque na matriz energética, 88
Oportunidades de crescimento, 91
Avanços tecnológicos e mercadológicos, 93
O tempo não para, 95



1

A EXPANSÃO DO GLP
E O SURGIMENTO
DAS ASSOCIAÇÕES
INTERNACIONAIS



Em meados do século XX: no contexto da expansão econômica ocorrida após a Segunda Guerra Mundial, a indústria do GLP experimentava grande crescimento em várias partes do mundo. As empresas do setor começaram a formar associações nacionais, visando ao intercâmbio com associações de outros países, para estudar em conjunto uma série de questões técnicas, econômicas e jurídicas, especialmente aquelas relacionadas à padronização, regulamentação e segurança, a fim de garantir o uso correto do energético.

Associação Europeia foi precursora da AIGLP e da WLPGA

O ano de 1968 estava agitado em Paris, cenário de movimentos sociais e políticos que se refletiriam em mudanças de comportamentos e em novos paradigmas nas décadas seguintes, quando lá se reuniram representantes das associações nacionais da indústria de GLP de 17 países (Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grã-Bretanha, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Noruega, Polónia, Portugal, República Tcheca e Suécia) para fundar a Associação Europeia de Gás Liquefeito de Petróleo (AEGLP).

A Espanha foi um dos países mais ativos nessa Associação, desde seus primeiros momentos, especialmente na Comissão Técnica responsável pela homologação das instalações de armazenamento, transporte e uso, o que gerou uma interessante transferência de tecnologia neste setor, com resultados positivos para a sociedade.

A indústria do GLP havia sido introduzida na Espanha em 1957 por iniciativa do governo, com a criação da empresa Butano S.A., em regime de monopólio público, vinculada à Compañía Arrendataria del Monopolio de Petróleo, que controlava todos os derivados de petróleo em território espanhol desde 1927. Antes de 1957, o GLP distribuído na Espanha era importado dos países vizinhos.

Ainda no longo período de governo do general Franco, que se estendeu desde o fim da Guerra Civil Espanhola em 1939 até sua morte e sucessão em 1975, este vetor de energia foi um dos pilares do desenvolvimento econômico e social iniciado naquele país em 1960. Como resultado, a empresa monopolista Butano S.A. conseguiu expandir o consumo de gás, tanto para uso doméstico como industrial, com preços muito acessíveis e, além disso, obter importantes resultados financeiros que foram sistematicamente

investidos na melhoria das suas instalações e serviços e na gestão de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P,D&I) para a modernização constante desse serviço de grande importância social.

Os líderes da Butano S.A. preocupavam-se em estabelecer relações com empresas de GLP em diversos países, a fim de aprofundar e atualizar seus conhecimentos tecnológicos e comerciais, que eram escassos na época da fundação da empresa. Em poucos anos, a Espanha estaria ocupando uma posição proeminente no âmbito global da indústria do GLP.

Após a mudança de regime político naquele país, foi criada em 1986 a Repsol, como parte do Instituto Nacional de Hidrocarburos, e a Butano foi incorporada pela Repsol. O monopólio foi extinto com a entrada da Espanha na União Europeia, nesse mesmo ano, devido às exigências antimonopolísticas impostas aos países-membros da então chamada Comunidade Econômica Europeia, criada em 1957. Ao mesmo tempo, uma forte infraestrutura de produção de GLP estava sendo montada pelos espanhóis, que desenvolviam um programa denso e contínuo de desestatização, inclusive com a privatização da Repsol.

Os acontecimentos envolvendo a indústria espanhola do GLP, nos anos que se seguiram ao regime franquista, estavam repercutindo fortemente entre as empresas do setor nos países latino-americanos. Com isso, a intensificação dos contatos Butano/Repsol na América Latina resultou na criação da AIGLP – Associação Ibero-Americana de GLP – através do acordo de constituição assinado em Madrid, em 7 de maio de 1986.

· Em 1986, a AIGLP é fundada em Madri,
· com o objetivo de aumentar a interação
· entre as associações e empresas de GLP
· da América Latina e da Península Ibérica.

GLP conquista seu espaço no mercado da energia

Bastante diferente da gasolina, o gás liquefeito de petróleo era mais um serviço do que um produto, mas o seu crescimento estava sendo prejudicado pela excessiva regulamentação em alguns países. A criação de associações nacionais e internacionais fez parte da estratégia de se construir uma imagem própria e uma representação política e institucional independente para o GLP, que até então era visto como um segmento de mercado das empresas de petróleo.

Outro objetivo estratégico era reunir no portfólio de uma só entidade as diversas nuances do mercado de GLP, para poder discutir com governo e demais setores da sociedade as visões e as experiências de diferentes países.

No dia 3 de julho de 1986, quatro semanas após a fundação da AIGLP, nova reunião na sede da Associação (instalações cedidas pela Repsol-Butano, na *calle* Arcipreste de Hita, em Madri) contou com a presença do ministro de Energía y Minas do Equador, Javier Espinosa, e do gerente geral da Corporación Estatal Petrolera Ecuatoriana (CEPE), Carlos Romo Leroux, recebidos pelos integrantes da Comissão Gestora da Associação: Alejandro Cachán Alvarez e Rafael Gordon Pérez, dois idealizadores e fundadores da entidade.

Alvarez, que assumiu a presidência em sua fundação, era então presidente-executivo da Repsol-Butano, empresa onde Pérez também atuava, como Diretor de Relações Públicas e Institucionais.

COMPLEMENTO DEL ACTA DE CONSTITUCION DE LA
"ASOCIACION IBEROAMERICANA DE G.L.P."

En la ciudad de Madrid, a tres de julio de mil novecientos ochenta y seis.

REUNIDOS en la sede de la Asociación Iberoamericana de Gas Licuado del Petróleo, calle Arcipreste de Hita, 10. 28015-MADRID, los señores que se relacionan a continuación con expresión de la condición en que intervienen en este acto.

- Excmo. Sr. Ingeniero Javier Espinosa, Ministro de Energía y Minas de Ecuador.
- Ingeniero Carlos Romo Leroux, Gerente General de la C.E.P.E.
- D. Alejandro Cachán Alvarez, Presidente de la A.I.G.L.P. e integrante de la Comisión Gestora de la Asociación.
- D. Rafael Gordon Pérez, componente de la Comisión Gestora de la A.I.G.L.P.

EXPONEN:

I.- Los principios de solidaridad internacional cada día sentidos con mayor intensidad, han motivado la iniciativa de constituir esta Asociación con la finalidad genética de promover el acercamiento de las distintas entidades y empresas de G.L.P. de las naciones que integran la comunidad Iberoamericana, para impulsar el desarrollo de sus actividades, y la específica que se contiene en el OBJETO recogido en los ESTATUTOS de la Asociación que se unen a este Acta.

II.- Los comparecientes se han puesto de acuerdo, en principio, sobre la composición, régimen orgánico, funcional, financiero y jurídico de la Asociación.

III.- La voluntad de constitución de la Asociación y la aprobación de sus Estatutos han sido acordadas por las entidades y empresas comparecientes, según resulta de la documentación que se adjunta y en su día se protocolizará notarialmente.

IV.- Por tanto, reconocida la capacidad legal de los otorgantes para este acto, los componentes, tal como actúan, voluntariamente,

ACUERDAN:

1°.- Promover la constitución de una Asociación con personalidad jurídica propia para el desarrollo de la actividad que se define en el OBJETO de los ESTATUTOS.

La Asociación se denominará "ASOCIACION IBEROAMERICANA DE GAS LICUADO DE PETROLEO" (A.I.G.L.P.)

2°.- Incorporar a la presente Acta, como parte integrante de la misma, el documento denominado "Estatutos de la Asociación", que servirá de base para el texto definitivo de los Estatutos, en la forma que en este documento se conviene.

3°.- La Comisión Gestora de la Asociación estará integrada por:

D. Alejandro Cachán Alvarez

D. Rafael Gordon Pérez

4°.- Se atribuyen a la Comisión Gestora de la Asociación, las siguientes funciones:

a) Redactar un documento técnico comprensivo del Presupuesto de Gastos de la Asociación.

b) Realizar las gestiones necesarias para asegurar el funcionamiento de la Asociación.

c) Gestionar y proponer fórmulas de financiamiento para el desarrollo de las actividades.

d) Desarrollar cualquier otra actividad, relacionada o no con las anteriores, que fuera necesaria para la constitución definitiva de la Asociación y la promoción de su actividad.

e) Recibir y aplicar los fondos destinados a la realización de sus funciones por los cauces que se estimen procedentes.

f) Convocar la primera Asamblea General, como Asamblea Constituyente, la cual decidirá sobre los temas que proponga la comisión y, en todo caso, las siguientes:

- Nombramiento del primer Consejo de Dirección.

- Aprobación de las actuaciones de la Comisión Gestora.

Durante quince días antes de la fecha en que deba celebrarse la Asamblea Constituyente, las entidades firmantes de la presente Acta, tendrán a su disposición los documentos, estudios y propuestas a que se refiere este acuerdo cuarto y una Memoria explicativa de la actuación de la Comisión.

Y para que conste, firman la presente Acta en el lugar y fecha arriba indicados.

Objetivos estratégicos dos diversos membros da Associação Ibero-Americana

Cresceu rapidamente a adesão das empresas e das associações nacionais que estavam sendo formadas na área de abrangência da AIGLP, e a primeira Assembleia Geral, no dia 21 de outubro, convocada pela Comissão Gestora para atuar como Assembleia Constituinte, já contava com a participação de representantes de 14 países: Argentina, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, Espanha, Guatemala, Peru, Portugal, Uruguai, El Salvador, São Domingos, Costa Rica e Panamá.¹

Confirmado pela Assembleia Constituinte o nome de Alejandro Cachán Alvarez como presidente da AIGLP, os representantes da Argentina (Orlando Antonio Iuorio) e da Colômbia (Jairo Uribe) foram nomeados para a primeira e a segunda vice-presidências, respectivamente. O brasileiro Fernando Puccetti e o chileno Ernesto Noguera Gorget assumiram as presidências da Comissão Técnica e da Comissão Econômica, respectivamente, e o equatoriano Gustavo Núñez Marques foi eleito tesoureiro. O cargo de secretário-geral ficou com José Maria Pérez Prim, e Rafael Gordon Pérez passou a ser o representante da Espanha no Conselho de Administração.

“Um dos objetivos estratégicos da Espanha para fundar a AIGLP foi ganhar força dentro da associação europeia de GLP”, observa Marcos Swensson Reis, que no Brasil foi presidente do Sindigás (Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de GLP) de 1978 a 1986 e de 1991 e 1995, e foi presidente da AIGLP no período de 1994 a 1997, além de conselheiro e vice-presidente em várias gestões.

.....

1. Obs.: A ata não informa os nomes das empresas em que atuavam os representantes citados.

ASAMBLEA GENERAL DE LA
ASOCIACION IBEROAMERICANA DE GLP

Asistentes:

ARGENTINA: D. Antonio Orlando Tuorio
D. Andrés V. Fracalossi
D. Rubén Marchioni
D. Pedro Rocha Campos
D. Francisco Sáiz
D. Carlos Oscar Galfione

BRASIL: D. Fernando Pucetti
D. Ueze Elias Zahran

COLOMBIA: D. Ramón Dávila
D. Florentino Noguera
D. Jairo Uribe

CHILE: D. Mario Fernández Astudillo
D. René Fridericksen Cortéz
D. Arnaldo González González
D. Ernesto Noguera Gorget

ECUADOR: D. Gustavo Núñez Márquez

ESPAÑA: D. Alejandro Cachán Alvarez
D. Rafael Gordon Pérez
D. Antonio Galisteo Roca
D. José Montalban Cañizares
D. Alberto Toca Gutiérrez-Colomer

GUATEMALA: D. Pedro Manuel Morales Flores

PERU: D. Félix Argüelles

PORTUGAL: D. Carlos Ferreira Dos Santos

URUGUAY: D. Martín Apariquián
D. José Luis Coito

EL SALVADOR
STO. DOMINGO
COSTA RICA
PANAMA: D. José Coterillo

Antonio Vela, que foi secretário-geral da AIGLP durante sete anos (1994-2001) e diretor-executivo da Repsol na mudança de controle da empresa, recorda: “Para o sócio espanhol, Repsol Butano, em plena política de expansão, como depois se pôde comprovar, o objetivo estratégico era participar diretamente do setor de GLP nos países da área.”

E o principal objetivo das empresas europeias que forneciam tecnologia para essa indústria, ao participarem da AIGLP como membros associados, consistia na ampliação de seu mercado, afirma Antonio Vela.

Por outro lado, as empresas distribuidoras de GLP viram na Associação Ibero-Americana, desde o primeiro momento, uma forma de conseguir harmonizar a regulamentação da atividade entre os vários países-membros, com vistas à maior liberalização, de modo a melhorar a competitividade, facilitar o comércio e o acesso às matérias-primas, além de atualizar e melhorar a tecnologia de manipulação e uso do produto.

Por unanimidade, a 1ª Assembleia Geral, em Madri, decidiu que a assembleia do ano seguinte seria realizada no Brasil, no mês de outubro, quando se realizaria um grande evento comemorativo do 50º aniversário da entrada do GLP no país. Assim, em 1987, paralelamente à exposição e às comemorações que tiveram a presença de importantes personalidades brasileiras, a segunda Assembleia Geral da AIGLP e a primeira reunião do Conselho de Direção foram realizadas no Sindigás, que na época tinha sua sede na cidade de São Paulo, reunindo 160 participantes de diversos países e de diversas companhias relacionadas direta ou indiretamente com o setor de GLP.

Novos membros receberam as boas-vindas do presidente Alejandro Cachán na reunião do Conselho em São Paulo: Jesús Zaragoza López e Carlos Aranda Ortega, do Grupo Miguel Zaragoza, representando o México, e Nicolás López, representante do Grupo Tropigas Internacional, abrangendo Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e República Dominicana.

Mudanças na direção da AIGLP aconteceram nos meses seguintes: o falecimento de Fernando Puccetti, que presidia a Comissão Técnica, além da saída do secretário-geral Pérez Prim, que assumiu um cargo no governo de seu país, e do 1º vice-presidente, Orlando Iuorio, por motivos particulares. Além disso, no ano de 1988 o presidente Alejandro Cachán Alvarez completaria dois anos de mandato, quando haveria nova eleição, conforme os estatutos.

Estava prevista a realização de reuniões intermediárias anuais, da Comissão Econômica e da Comissão Técnica, para desenvolver os trabalhos dessas áreas e dar mais produtividade à Assembleia Geral e à reunião do Conselho de Direção. Mas não foi possível realizar o primeiro desses encontros, que aconteceria em Santiago do Chile, em junho de 1988, no Chile, o que deu motivo a um apelo do secretário-geral para que os presidentes das Comissões entrassem em contato com os seus membros, de modo que se pudesse avançar no trabalho em todos os tópicos já estudados e elaborados em cada um dos países, a fim de unificar critérios e elaborar as propostas das Normas da AIGLP. A Associação buscava um ritmo à altura dos objetivos que se propôs a atingir.

Europeus e sul-americanos fundam a Associação Mundial

Enquanto a AIGLP cuidava dos preparativos para os eventos de 1987 em São Paulo, já no seu segundo ano de atividades, acontecia em Dublin (capital da República da Irlanda, país independente do Reino Unido e membro da Comunidade Europeia) um encontro com representantes de vários países da Europa e das Américas para tratar da questão associativa do GLP no mundo.

A Associação Europeia (AEGLP) e a Ibero-Americana (AIGLP) já haviam sido fundadas. Nasceria agora a WLPGA – World LPG Association (Associação Mundial de GLP).

Inicialmente com o nome de The World LPG Forum (Fórum Mundial do GLP), tendo como seu primeiro presidente o norte-americano Stewart Keen, a nova entidade foi criada para reunir em uma só organização os interesses globais do vasto universo da indústria de GLP.

A importância dos seus objetivos – de prover representação da indústria do GLP em agências internacionais e promover o crescimento do uso global de GLP, por intermédio da liderança da indústria em todo o mundo – foi reconhecida e confirmada pela ONU, em 1989, ao conceder à WLPGA o Status Consultivo Categoria II dentro do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas.

Assim como a AEGLP, a WGLPA instalou sua sede em Paris, enquanto a AIGLP manteria sua sede na Espanha até 2001, transferindo-se depois para a América do Sul (Chile, em 2001, e Brasil, a partir de 2006). As três entidades mantêm intenso relacionamento institucional, com pautas em comum. A sede atual da AEGLP está situada em Bruxelas, capital da Bélgica.



NOVOS PARADIGMAS NO MERCADO DE ENERGIA



As principais vocações da AIGLP já se evidenciavam em poucos meses de funcionamento da entidade. Além da interação entre as associações nacionais e as empresas do setor nos países ibero-americanos, inclusive com organizações ligadas ao GLP em outras partes do mundo, a AIGLP passou a atuar, de modo promissor, como excelente via de interlocução estratégica com os governos dos países-membros, o que, por si só, justificava plenamente a sua existência.



Lipigas, Chile

Por outro lado, era preciso fazer com que o GLP fosse visto em sua própria identidade, e não mais a reboque dos combustíveis líquidos. As associações internacionais (como a AIGLP) e nacionais (reunindo as empresas de GLP em cada país) foram decisivas para a construção de uma imagem independente e de um posicionamento de mercado específico para este energético.

Somente com um trabalho persistente de *lobby* legítimo e positivo, junto aos setores ligados à política de regulamentação do mercado de GLP em cada país, seria possível convencer as autoridades e técnicos responsáveis, para uma verdadeira mudança de paradigma, levando informações consistentes, mostrando a realidade do GLP em outras partes do mundo (como o Japão e os países mais desenvolvidos da Europa), e as transformações que também já estavam ocorrendo em países latino-americanos.

Preocupações econômicas no mercado de energia

O uso demagógico da precificação do produto era um dos aspectos mais sensíveis da intervenção dos governos em relação ao mercado do GLP. O valor pago pelo consumidor, achatado artificialmente, impôs ao setor situações difíceis, de pouco crescimento, com esvaziamento, defasagem tecnológica e falta de segurança.

Mas as preocupações dos associados da AIGLP não se limitavam ao consumo residencial. Enquanto, na Espanha, a introdução do gás natural na matriz energética era marcada por um planejamento que integrava harmoniosamente as duas opções, o aumento da participação do GN no consumo de energia da América Latina sinalizava possíveis prejuízos para a indústria do GLP, tornando-se motivo de preocupação entre os membros da Associação Ibero-Americana.

Na Assembleia Geral realizada em Medellín, Colômbia, em novembro de 1988, a Comissão Econômica apresentou o informe “A evolução do GLP no Contexto Energético Ibero-Americano”, destacando a deterioração das variáveis econômicas na maioria dos países latino-americanos, especialmente os índices reais de remuneração, que são relevantes nos níveis de consumo per capita. O estudo focalizava o gás natural como uma fonte de energia altamente competitiva, assim como o gás liquefeito, tanto devido ao fator preço quanto às facilidades de substituição entre os dois produtos. Analisando os casos de Argentina, Brasil e Colômbia, a Comissão Econômica da AIGLP apontou a necessidade de orientar o desenvolvimento do consumo do GLP em novas áreas, a exemplo da petroquímica, da indústria automotiva e da atividade agrícola, como formas de aumentar os níveis de demanda de gás liquefeito, até porque o GN é energia primária que, processada, produz quantidades razoáveis de GLP, aumentando sua oferta no mercado.

Lobby positivo, legítimo, ético e transparente

As ações de *lobby* positivo eram pensadas como linhas básicas das estratégias para o futuro – como foi destacado na Assembleia Geral realizada em Sevilla, Espanha, em maio de 1994. Embora a filosofia da Associação estivesse sintetizada nos estatutos, tornava-se conveniente especificar como as linhas de ação deveriam ocorrer no médio prazo.

O objetivo final era aumentar a extensão e o consumo de GLP nas áreas de atuação correspondentes dentro da associação. Para tanto era preciso identificar nos diferentes países membros da Associação os obstáculos ao aumento da demanda por GLP: a diferença de preços em relação às energias alternativas; a magnitude dos custos da matéria-prima, manuseio e distribuição; a excessiva intervenção do Estado no setor de energia, limitando a concorrência do GLP; a falta de uma boa distribuição, tanto para consumo industrial quanto para usos domésticos e comerciais.

Um dos caminhos para se atingir esse objetivo seria a colaboração de organizações ligadas ao GLP para sensibilizar o poder público em questões relacionadas com a padronização e com a legislação de segurança, meio ambiente e comercialização, suavizando a intervenção do Estado nesses assuntos e tentando descartar as políticas de preços administrados.

A defesa do GLP junto aos governos dos diferentes países continuou sendo uma das principais funções da AIGLP, como se pode ver nas atas da Assembleia Geral e do Conselho Diretor ao longo da década de 1990. É o caso da reunião em Buenos Aires, Argentina, em outubro de 1997, quando a importância dessa atividade foi destacada “para tentar aliviar a arbitrariedade que, do ponto de vista fiscal e

regulamentar, compromete a indústria”. Neste sentido, também foram realizadas ações de conscientização pública, junto a formadores de opinião e diversos segmentos sociais.

A visão estatizante dos setores estratégicos, principalmente no campo da energia, predominava no continente latino-americano, em meio a crises econômicas que exigiam mudanças urgentes. Foi o caso da Argentina, que enfrentou forte recessão no final dos anos 1980, além de uma hiperinflação de 3.000% que levou o presidente Raúl Alfonsín, diante da situação ingovernável, a antecipar sua saída do governo, em 1990, entregando a presidência a Carlos Menem. Era necessário atrair recursos para o país e foi implantada uma política de privatizações. Assim, a Argentina foi o país que saiu na frente nessa área, promovendo um processo forte de desestatização do setor de petróleo e gás, o que atraiu empresas multinacionais, que se instalaram no país.

No caso do GLP, as empresas argentinas contaram com a colaboração de dirigentes do sindicato das distribuidoras (Sindigás) e de algumas empresas brasileiras, na área política e institucional. Marcos Swensson Reis, que na ocasião era presidente do Sindigás, lembra que foram feitas várias reuniões na Argentina com representantes da indústria local, para a construção de um marco regulatório mais adequado ao futuro que já estava batendo às portas do país. Com a chegada das empresas internacionais, a infraestrutura de GLP tornou-se mais desenvolvida e o energético passou a ter um papel semelhante ao que desempenha nos países europeus.

No Brasil, depois dos primeiros planos de combate à hiperinflação na década de 1980, o governo do presidente Fernando Collor de Melo (1990-1992) lançou um Programa Nacional de Desestatização. As privatizações refletiam uma tendência de abertura econômica estabelecida pelo chamado Consenso de Washington, por terem sido formuladas por economistas e instituições como o FMI, Banco Mundial e Tesouro dos EUA, que pregavam o ajustamento macroeconômico como solução para o crescimento das economias dos países em desenvolvimento. O monopólio da Petrobras não seria afetado, mas

as empresas distribuidoras de GLP, por intermédio do Sindigás, passaram a lutar de forma organizada e consistente por questões como livre mercado, liberdade de preços, ética concorrencial, qualidade e segurança. Diante de grandes desafios nos aspectos de competitividade, de rentabilidade e de segurança ao consumidor final, as empresas associadas ao Sindigás criaram em 1996, com a participação de órgãos do governo, o seu próprio Código de Autorregulamentação e um amplo Programa de Requalificação de botijões.

Nesse processo decisivo para a indústria brasileira de GLP, a Associação Ibero-Americana contribuiu com elementos substanciais no trabalho de *lobby*, convencimento de autoridades públicas junto ao governo, que ainda tinha o foco limitado pelo crivo ideológico da estatização e do intervencionismo. Colaborou decisivamente para a ampliação desse foco a experiência dos outros países, avalizando as propostas defendidas pelos associados.

A AIGLP e o Sindigás, no caso do Brasil, não estavam casuisticamente defendendo interesses, mas tinham aquilo escrito em seus ideários, em seus estatutos e na experiência concreta das empresas de diversos países. Em 1998, com a extinção do Departamento Nacional de Combustíveis (DNC), é criada a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Após a iniciativa das empresas do setor, de elaborar o seu próprio Código de Autorregulamentação e estabelecer boas práticas para a qualidade e a segurança do consumidor, o surgimento de uma agência reguladora, autônoma e detentora de poder normativo técnico, foi o marco de uma nova época. As atividades de distribuição e revenda do GLP passariam a contar com um conjunto de normas e resoluções, adequadas à realidade atual, não “engessadas” pela ingerência do governo, abertas ao debate com os agentes econômicos e voltadas para o benefício da coletividade.

· O processo regulatório deve ser desenvolvido
· com base em Análises de Impacto Regulatório
· (AIR) e definido juntamente com a sociedade,
· por meio de consulta pública, tendo sempre
· como foco o usuário.

Assim como ocorreu na Argentina e no Brasil, a maior parte dos países membros da AIGLP experimentou grandes transformações na relação das empresas com o Estado, o que conferiu às Associações nacionais e à ibero-americana um papel ainda mais significativo.

A nova organização da sociedade em todos os países, tornando-se mais complexa, mostrava a necessidade de uma narrativa capaz de mostrar que os interesses da coletividade estão à frente dos interesses dos grupos representados. Essa nova construção de entendimento levou tempo, pois era necessário provar que o mercado também havia mudado.

Ultragaz, Brasil



A defesa da marca nos recipientes de GLP

O trabalho da AIGLP, através dos estudos de suas comissões técnicas e dos trabalhos apresentados nos seus congressos, tornou-se extremamente importante, para que os agentes ligados de forma direta e indireta com o setor de GLP contassem com fontes de informação abalizadas e confiáveis. Dessa forma, a entidade passou a fazer uma diferença positiva em questões fundamentais como a relevância da marca, em termos de garantia de qualidade, rastreabilidade e segurança do consumidor.

O consumidor não é um especialista, capaz de examinar tecnicamente cada produto que compra, como alimentos, sapatos, luminárias, carros e combustíveis, entre tantos outros itens de consumo. Em todos os produtos e serviços da sociedade, a marca é extremamente relevante. Quanto mais complexa a aquisição, maior a importância da marca, e este é o caso do botijão de gás, que tem interfaces químicas, metalúrgicas, metalográficas etc., com a característica de ser utilizado dentro de casa.

“Marca não é importante para a distribuidora; é importante para toda a sociedade”, afirma Jonathan Saul Benchimol, presidente da AIGLP no período 2008 a 2017.

“Ela facilita a escolha do consumidor, que compra de determinada marca sabendo que a empresa cuida do vasilhame, tem retaguarda e tem suporte. No momento em que aquela marca não entrega o que prometeu, ou o botijão tiver qualquer irregularidade, o consumidor pode reclamar junto ao produtor, ou deixar de consumir os produtos daquela marca. Por outro lado, sem marca o consumidor tem um dilema: como vou comprar esse gás e me sentir seguro? Qual será o meu suporte se algo não transcorrer como eu espero? Como saberei se adquirei o produto de alguém que tem boas práticas de gestão, de qualidade, metodologia etc.?”

Além da facilidade e da garantia para o consumidor, a marca estampada em alto-relevo no botijão é uma referência que torna possível a fiscalização do órgão regulador e permite rastreabilidade caso ocorra algum sinistro. “Assim, todos os agentes econômicos jogam pelas mesmas regras, em benefício de todos ao mesmo tempo”, diz Benchimol. “O *enforcement of the law* e o marco regulatório são fundamentais, são regras que agem sobre todos os *players*. E estes conceitos fazem parte dos pilares da AIGLP.”

As atuações na Colômbia e no Uruguai em defesa da marca nos recipientes de GLP foram também momentos de grande relevância para a história da Associação. Nesses mercados, não se trabalhava com marca. Uma empresa envasava e comercializava botijões de outras marcas, sem qualquer restrição. Por meio do diálogo transparente e focado na garantia de segurança do consumidor e no bem-estar de toda a sociedade, os governos e as empresas desses dois países concordaram em mudar a legislação, passando a exigir que o envasamento fosse feito somente em vasilhames com a marca da empresa estampada em alto-relevo. O conceito de multimarca mudou para *singlebrand*.

A primeira menção em reuniões da AIGLP sobre a necessidade de se respeitar a marca da empresa no botijão ocorreu em maio de 1991, durante Assembleia Geral realizada em Buenos Aires, Argentina. O Sr. Rubén Marchioni (da empresa Multigas, representante da Argentina, e que viria a ser presidente da entidade na gestão seguinte) questionou o fato de certas empresas, em seu país, encherem vasilhames de outras marcas, apesar de estar prevista em lei a necessidade da marca nos vasilhames de GLP. Nesse sentido, ele perguntava como a AIGLP poderia apoiar o setor empresarial afetado, evitando que situações semelhantes continuassem a ocorrer, tanto na Argentina quanto em outros países do continente.

Foi decidido na reunião que os representantes da Argentina fariam uma compilação da situação mundial, incluindo acordos internacionais de proteção ao consumidor, e prepararia um projeto de declaração que, caso aprovado, poderia ser operacionalizado pela AIGLP em ações específicas.

Em reforço ao trabalho dos argentinos, os representantes do Brasil se dispuseram a preparar um resumo da situação em seu país, onde o Código de Defesa do Consumidor, tão importante quanto a Lei de Patentes, já exigia na ocasião que todo cliente saiba exatamente qual a empresa responsável pelo produto ou serviço.

O assunto voltou a ser discutido no ano seguinte, em setembro de 1992, durante reunião do Conselho Diretor em Assunção, Paraguai, quando as comissões técnica e econômica da AIGLP apresentaram suas conclusões e propostas, formuladas a pedido de alguns países membros.

Com a finalidade de alcançar a uniformidade da legislação na região a respeito da marca no envasamento de botijões, foram lançadas orientações de regulamentação que se resumem a quatro aspectos:

- A manutenção e substituição dos vasilhames quando terminam sua vida útil é de exclusiva responsabilidade das empresas envasadoras.
- Os usuários de GLP, ao comprar recipientes (nos casos em que isso acontece), estão pagando o direito de usar os diferentes recipientes que receberão e usarão para toda a vida.
- A responsabilidade perante os casos de sinistro é exclusiva das empresas detentores das marcas que as individualizam.
- As empresas devem encher em suas plantas somente os vasilhames identificados com sua marca.

Exemplos de sucesso do trabalho associativo

Os impactos da conjuntura política de cada país sobre a indústria de GLP, em muitos casos, exigiam pronta atuação dos membros da AIGLP, juntamente com as associações nacionais dos países da região e as empresas do país em questão. Em 1990, a vitória de Alberto Fujimori, no Peru, daria início a uma série de desafios, para manter algum equilíbrio no fornecimento seguro do gás à população.

Com dois anos de governo, o presidente peruano, além de suspender garantias constitucionais, promoveu um “choque” econômico por meio de medidas que tentavam conter uma hiperinflação de 7.000% ao ano. Para isso, cortou subsídios, aumentou impostos e achatou salários, gerando elevados índices de desemprego.

Nesse contexto de crise econômica e política, o governo peruano anunciou o projeto de reduzir os custos da distribuição do GLP adotando o enchimento remoto de recipientes de GLP, por meio de caminhões. Se fosse implantada, esta seria uma medida populista e altamente arriscada, pois o perigo de graves acidentes é incontrolável quando a operação de enchimento é feita fora das instalações apropriadas e dos procedimentos corretos.

Em 1994, o presidente e o secretário-geral da AIGLP, Marcos Reis e Antonio Velas, estiveram em visita ao Peru e outros países da América Latina para contatos com questões locais. Em Lima, expuseram ao ministro peruano de Minas e Energia os riscos do enchimento por meio de caminhões, e sugeriram que houvesse uma grande conferência de imprensa, para levarem estas questões e outros aspectos da distribuição de GLP ao conhecimento da sociedade e dos

usuários. O encontro com a imprensa, que contou com a participação de entidades locais, estendeu-se por várias horas, com grande interesse de todos, sensibilizando não só as autoridades como também a opinião pública em geral.

As tentativas de se implantar o temerário projeto do enchimento remoto fracionado, conhecido como “camioncito”, têm sido recorrentes também em outros países, inclusive o Brasil. Conforme lembra o atual presidente do Sindigás, Sergio Bandeira de Mello, na primeira vez em que isso ocorreu, também na década de 1990, a AIGLP conseguiu demonstrar ao governo brasileiro que esse tipo de enchimento seria um desastre, tanto em termos econômicos quanto na segurança dos cidadãos. “Os que implementaram esse sistema em pequena escala retrocederam, e os que implementaram em grande escala tiveram acidentes de grandes proporções”, lembra ele. “Trazer tal tipo de experiência por intermédio da AIGLP foi importante, pois quando o Sindigás sustentava essa tese pensava-se que estava apenas buscando a manutenção do *status quo*, ao passo que, quando trazido pela AIGLP, tinha-se a percepção de uma experiência vivida”.

O sucesso de uma Associação é medido pelos trabalhos que são apresentados em congressos: podem ser *cases* de sucesso, dificuldades e fracassos. Outro fator importante, que reflete a importância da AIGLP para os países, é observar os membros associados solicitando a ajuda da entidade quando não se bastam para debater determinado problema.

Maior abrangência da entidade e novas aplicações do GLP

As questões internas do funcionamento da AIGLP também eram temas importantes na pauta das Assembleias Gerais e reuniões do Conselho. Em Buenos Aires, junho de 1993, discutiu-se a criação do posto de diretor-executivo, profissional *fulltime* que seria responsável pela gestão de todas as atividades da Associação, para maior eficiência e agilidade.

Como se manifestou a respeito o tesoureiro José Luis Coito, representante do Uruguai (Acodike), um diretor-executivo poderia imprimir maior dinamismo à entidade, levando todos os tipos de informações para os membros e até mesmo visitando as associações nacionais para promover maior integração. Também a respeito dessa proposta, o conselheiro Antonio Vela (empresa Repsol Butano, da Espanha) afirmou que a Associação Europeia, então sediada em Bruxelas, já contava com um gerente-executivo, que, além de suas funções no dia a dia, a cada dois anos era encarregado de transmitir aos novos presidentes todos os contatos necessários para a obtenção de informações do setor em nível global.

A participação de maior número de associados e a necessidade de mais recursos para custeio das atividades da Associação eram questões recorrentes nas reuniões, durante esse período. Na reunião de Buenos Aires foram discutidas duas linhas de ação nesse sentido, inclusive incorporando empresas do setor, além das associações, e buscando o regresso de países que estavam afastados.

Outra linha de ação era identificar e convidar, para serem membros associados, também as empresas fabricantes de equipamentos. A colaboração destes associados seria importante para estimular o crescimento da demanda do GLP em novas aplicações, tanto industriais quanto domésticas e comerciais.

O movimento de ampliação da abrangência da AIGLP teve um fato emblemático na entrada de Cuba, que vivia uma fase de relativa abertura na década de 1990. Embora fosse inviável que o regime cubano pretendesse regular o setor de forma a otimizar a qualidade dos serviços, ou aderisse a alguns pilares básicos da AIGLP, como o livre mercado e a competitividade, o ingresso de Cuba foi marcado pela reunião do Conselho Diretivo da Associação na cidade de Havana, no dia 19 de novembro de 1996. Entretanto, não havia qualquer tipo de indústria de GLP em Cuba. O produto era comprado de navios no Golfo do México, quando havia recursos financeiros. E, embora as estatísticas oficiais fossem verdadeiras transcrições ideológicas com pouquíssima informação, predominava no país o uso de lenha, do carvão e do querosene.

Mesmo nesse contexto, a reunião contou com a apresentação de um Plano de Trabalho sobre o Marketing do GLP, apresentado pelo vice-presidente Carlos Barboni Figueroa, do Uruguai (Riogas), como um tema aberto de caráter bilateral e prioritário, abordando as vantagens do uso do GLP em motores automotivos, equipamentos industriais e outros equipamentos, com vantagens operacionais, econômicas e ambientais.

O tema continuou sendo aprofundado no ano seguinte (maio de 1997), em Santiago do Chile, quando foi apresentado durante a reunião do Conselho de Direção um relatório sobre a utilização de gás liquefeito em veículos a motor. Além disso, em paralelo à reunião do Conselho, realizou-se um seminário focalizando os aspectos técnicos e comerciais relacionados à aplicação do GLP em automóveis.

Virada do milênio, tempo de renovação

Na Assembleia Geral de abril de 1998, em Montevidéu, o presidente José Luis Sandoval, destacou a importância dos debates que estavam sendo realizados no Congresso da AIGLP, naquela ocasião, em torno de seu tema principal – *O papel do G.L.P. em cenários de expansão de gás natural* – bem como o tema que seria recorrente nas reuniões dos meses seguintes, apresentado por um especialista internacional contratado pela Associação: *A evolução do GLP no mundo e especialmente na América Latina*.

Carlos Barboni propôs que o tema principal do Congresso daquele ano fosse adotado como permanente na agenda da Comissão Econômica, tendo em vista as diferentes condições de competitividade entre o GN e o GLP, dependendo da região e do país, ao longo da evolução dos mercados de energia. Ele sugeriu que o tema fosse estudado em conjunto pela Comissão Técnica – com um estudo de aspectos relacionados às características físicas e sua influência no desempenho térmico, bem como em relação ao impacto ambiental – e pela Comissão Econômica, com uma análise da situação competitiva em cada país, inclusive nos aspectos de preços, vantagens comerciais, barreiras regulatórias e fiscais etc.

Estas e outras questões consideradas prioritárias pelo setor na chegada do século XXI foram discutidas nas Assembleias Gerais e nas reuniões do Conselho realizadas em Montevidéu, Uruguai (abril de 1998), e em Cancun, México (abril de 1999):

- Competências do GLP e do Gás Natural.
- Oportunidades de negócios que as políticas de conservação ambiental fornecem à indústria de GLP.

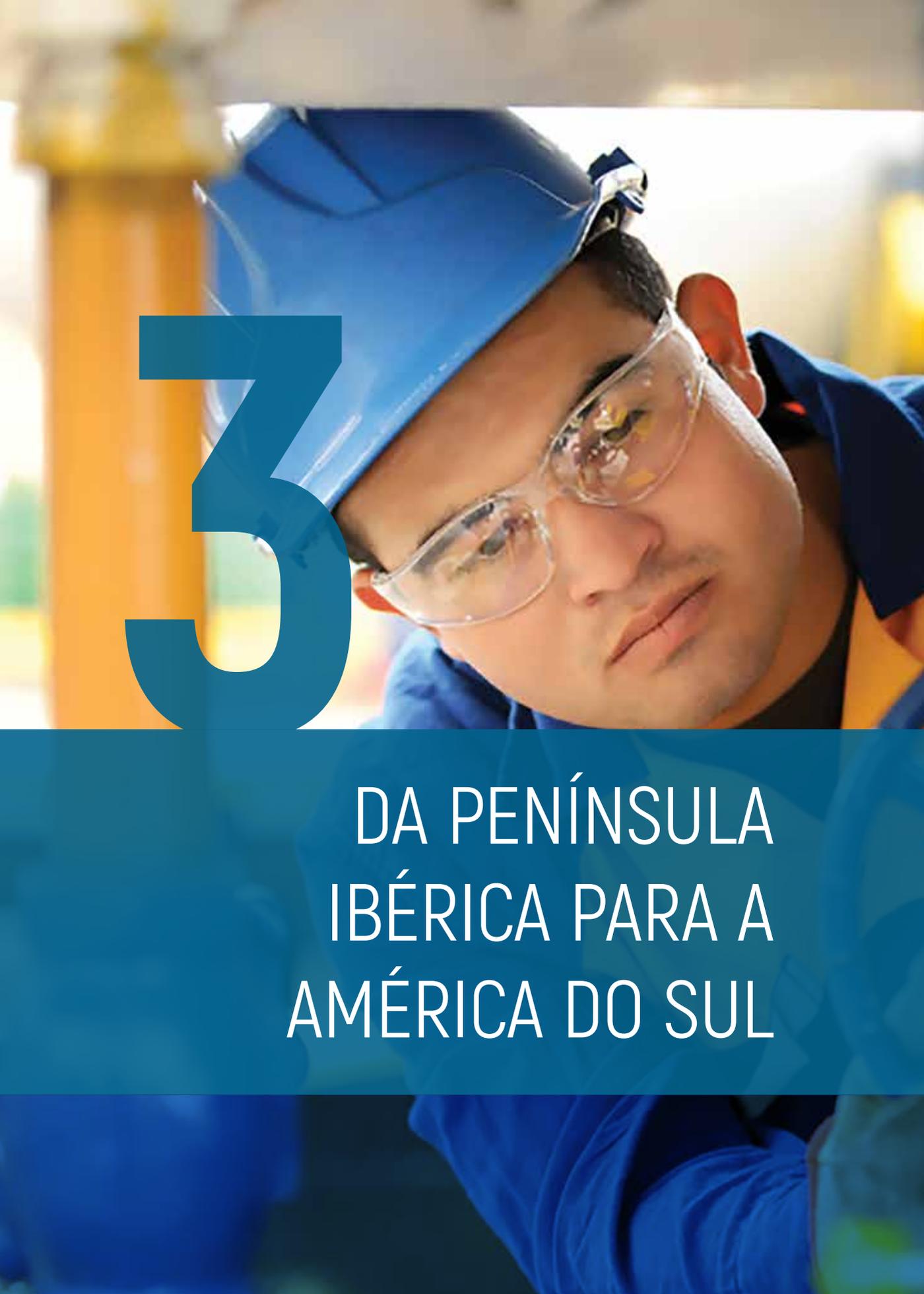
- GLP na indústria automotiva.
- Estudo da política de preço de venda de GLP nos diferentes países, onde a incidência fiscal é discriminada.
- Propriedade, uso e manutenção de contêineres de GLP nos diferentes países.

Foi elaborada também uma linha política para renovar a estrutura e composição dos parceiros, consistindo em priorizar a adesão das empresas que atuam na indústria de GLP. No entanto, verificou-se que uma crise de transformação do setor na região da AIGLP estava prejudicando a implementação de ações destinadas a alcançar os objetivos estabelecidos. Também se registrava com preocupação a escassez de participantes ativos na Associação de países com grandes mercados de gás, como Argentina e Brasil.

Na opinião da maioria dos membros do Conselho, era preciso renovar a estrutura antiga e a dinâmica dos atos coletivos, para torná-los mais úteis.

Liquigás, Brasil





3

DA PENÍNSULA
IBÉRICA PARA A
AMÉRICA DO SUL



Enquanto centenas de executivos do mundo de negócios do petróleo atuavam nos mais diversos países, no final do século XX os representantes da atividade de GLP formavam ainda um grupo relativamente pequeno. Mesmo em âmbito mundial, não havia mais do que trinta pessoas representativas, e os grandes temas do setor eram discutidos com base nas relações pessoais.

Da mesma forma, o *lobby* era mais focado no relacionamento com as autoridades de cada país, ainda sem a preocupação de sensibilizar formadores de opinião e a sociedade como um todo, embora essa necessidade tenha sido levantada em alguns momentos. Foi o caso da reunião do Conselho de Direção em Buenos Aires, no ano de 1998, quando o representante da Espanha, Angel Ramírez Doña, destacou que, para tentar aliviar arbitrariedades fiscais e regulatórias que pudessem comprometer a indústria de GLP, o *lobby* junto às administrações dos diferentes países era um trabalho bastante difícil de ser realizado, em função da necessidade de se ter um certo grau de influência “que nem sempre é possível”, disse ele, ressaltando que a implementação de ações para sensibilizar a opinião pública poderia exercer, legitimamente, algum nível de pressão sobre as autoridades.

Os eventos da Associação tinham principalmente a função de *networking* dos próprios dirigentes das empresas, entre si ou com determinadas autoridades ligadas ao setor. Quando um ministro de Estado, por exemplo, prestigiava a abertura de um Congresso da AIGLP, ele não se fazia acompanhar por assessores, porque o foco não era técnico, e sim o contato dos empresários e executivos com a pessoa do ministro.

A presença de formadores de opinião não era uma preocupação, mas com o tempo ganhou importância e hoje é um dos principais objetivos não só em eventos como também nas visitas de diretores da AIGLP a determinados países para tratar de temas locais, apresentando experiências de outras partes do mundo e estudos técnicos consistentes.

Nas duas décadas anteriores à fundação da AIGLP, 15 países da América Latina estiveram sob regimes militares autoritários, mas depois de 1986 esse tipo de governo permanecia somente no Panamá e no Paraguai, até 1989, e no Chile até 1990 – sem esquecer o caso de Cuba, onde o regime socialista instaurado em 1959, fortemente centralizado, permanecia estável.

De qualquer forma, a retomada do exercício democrático ainda engatinhava em vários países da região, o que se refletia nas limitadas possibilidades de diálogo com o poder público.

No Brasil, até a Constituinte de 1988, “era necessário conversar com ministros, vários deles generais, e com alguns senadores ou deputados mais ligados ao governo” – lembra Sergio Bandeira de Mello, que inicialmente atuava no mercado de petróleo. Dialogar com técnicos e burocratas dos órgãos de governo de cada país e, ao mesmo tempo, abrir canais de comunicação com a opinião pública pareciam ainda ser investimentos inócuos, embora viessem a se tornar, anos mais tarde, uma estratégia fundamental da Associação.

Vale lembrar que o Sindigás, ainda durante os governos militares, desenvolveu amplamente este trabalho técnico junto às estruturas operacionais de diversos ministérios, em especial aqueles que se faziam representar no Plenário do Conselho Nacional do Petróleo. A criação do World LPG Fórum foi de grande valia para este trabalho de divulgação do conhecimento do governo em relação à indústria do GLP no mundo. Segundo Marcos Swensson Reis, “houve duas visitas técnicas ao Japão – uma depois do Congresso em Sidney e outra no Congresso em Tóquio – ocasiões em que as questões de marca, segurança, rastreamento, identificação de botijões e de responsáveis por sua fabricação, enchimento e distribuição, foram discutidas à exaustão”.

Profundas e rápidas transformações se desenhavam no mundo e, sem dúvida, a AIGLP passaria por grandes mudanças, mas, até aquele momento, cuidar da comunicação com toda a sociedade civil organizada não parecia ser um caminho produtivo.

“O trabalho político sempre foi feito de alguma forma na AIGLP”, diz Bandeira de Mello. “A grande questão é que o público a ser atingido mudou. Hoje, a sociedade é bem mais plural e multidisciplinar, o corpo técnico e a burocracia são muito grandes. Precisamos falar com quem concorda e também com quem discorda de nós.”

Novos tempos, novos rumos, nova sede

Diante da necessidade de se intensificar a atuação da AIGLP na América Latina, as próprias empresas sediadas na Espanha que estavam na origem da Associação perceberam a importância de transferi-la do continente europeu, para que ela ficasse próxima da grande maioria dos seus países-membros.

Esse novo contexto era consequência direta da atuação das empresas fundadoras da AIGLP. A Repsol, instalou-se no Peru, Chile e Argentina. A mexicana Zeta Gas entrou no Peru e em vários países da América Central: Guatemala, Nicarágua, Honduras e El Salvador. A Zeta Gás se instalou também na Espanha (durante um bom tempo se valeu da colaboração de Antonio Vela para o difícil trabalho de entrada e consolidação em um mercado dominado pela Repsol). A francesa Total comprou uma empresa de gás na Argentina. E a SHV, holandesa, tornou-se controladora da Supergasbrás e da Minasgás, no Brasil.

Estes são exemplos da entrada de empresas distribuidoras de diversas nacionalidades em vários países-membros da AIGLP, que contribuiu decisivamente para a melhoria da tecnologia de operação e utilização do energético em toda a região.

· As próprias empresas sediadas na Espanha
· perceberam a importância de transferir
· a sede da AIGLP, para que ela ficasse
· próxima da grande maioria dos seus
· países-membros, na América Latina.

Promovendo grandes modificações em sua estrutura, a empresa espanhola Repsol criou uma subsede em Buenos Aires, como unidade responsável pelas operações na América do Sul, mantendo seu diretor-executivo Antonio Vela como secretário-geral da AIGLP, que em princípio ficaria sediada na capital argentina.

Assim como havia ocorrido em 1986 na Espanha, quando a associação foi fundada, novamente em 2001 a Repsol disponibilizava espaço em suas instalações para o funcionamento da AIGLP. Mas o Conselho Diretor da AIGLP decidiu de outra forma: a sede da entidade seria em Santiago do Chile, por sua tradição como sede de organismos internacionais à semelhança de Bruxelas e outras capitais do Hemisfério Norte.

Por outro lado, apesar da importante participação de Antonio Vela desde os primeiros momentos da entidade, e da sua história como um dos maiores nomes do setor de GLP em todo o mundo, os seus deslocamentos de Madri para Santiago estavam se mostrando impraticáveis na frequência que a nova realidade exigia, em função das viagens cada vez mais numerosas para as reuniões e eventos nos demais países.

Visão de futuro no mercado de GLP

Alguns anos antes da transferência da sede para a América do Sul, vinham sendo debatidas nas reuniões do Conselho de Direção diversas mudanças na estrutura e no funcionamento da AIGLP, para fazer frente aos novos desafios da indústria, considerando seu novo cenário nos países latino-americanos

Na cidade de Cancún (México), o presidente Carlos Barboni iniciou a reunião do Conselho em abril de 1999 destacando a necessidade de uma adaptação da estrutura e das operações da AIGLP, para o alcance dos objetivos de natureza institucional. Mostrava-se necessário, segundo ele, “melhorar permanentemente a eficiência das contribuições sociais de todos os tipos, bem como aquelas puramente profissionais em termos de uso da Associação como uma ferramenta que permite a melhoria da posição do gás liquefeito de petróleo entre as fontes alternativas de energia”.

O secretário-geral Antonio Vela, na mesma reunião, observou que “a liberalização e a globalização da economia afetaram o setor de GLP na América Latina, com a entrada de empresas vinculadas a grupos petrolíferos multinacionais, no mercado de distribuição”. Segundo ele, a transformação da estrutura tradicional estava afetando a Associação, devido à ausência ou desaparecimento de representantes de empresas de longa data na vida da AIGLP. Além disso, os novos empreendedores estavam demorando a se associar. Alguns deles mostravam resistência, verificando-se inclusive um certo conflito sobre a necessidade de ingressarem na Associação, já que eram subsidiárias de empresas que estavam na AIGLP desde a fundação.

Havia também uma demanda de atividades por parte dos associados, avaliou Vela naquele momento, sugerindo um redesenho dos atendimentos prestados pela AIGLP, para a melhoria dos serviços de informação e relacionamento entre os membros plenos e os vários agentes da indústria. “A AIGLP deve iniciar uma nova etapa, de relançamento, adaptando-se às mudanças no ambiente e às novas demandas de seus associados, identificando os novos objetivos e considerando como ser o mais útil possível para seus integrantes.”

Ainda na reunião do Conselho em Cancun, foi aprovada a constituição de um Comitê Executivo, composto pelo presidente, pelos dois vice-presidentes, pelo presidente do período anterior, pelo tesoureiro e pelo secretário-geral. Os integrantes do novo Comitê, funcionando como um órgão consultivo da Presidência, estariam permanentemente em contato para a preparação dos assuntos a serem discutidos pelo Conselho.

No ano seguinte, em abril de 2000, durante a reunião do Conselho de Administração em Barcelona (Espanha), o presidente Carlos Barboni voltou a apontar “mudanças drásticas na estrutura da propriedade da indústria”, como referência para a abordagem de ações futuras, abrangendo os objetivos da AIGLP. Defendeu a necessidade de alterar significativamente a estrutura dos congressos e a maneira de obter informações, para que os assuntos não fossem tratados de maneira centralizada. Era necessário, disse ele, “contratar especialistas fora da Associação e tentar fazer as melhores contribuições de dentro dela, com o fim de obter o maior enriquecimento nas respostas aos problemas colocados à indústria de GLP”.

Uma nova metodologia de trabalho, aperfeiçoada e transformada em Estatuto no Congresso de Cancun, já começava a mostrar alguns frutos. A lista de inscrições para o XV Congresso mostrava um número recorde de 150 delegados até aquele momento, nunca antes alcançado na história da Associação, entre membros titulares, membros associados e executivos, e profissionais de empresas de países de fora do âmbito da AIGLP, como Itália, Alemanha e Áustria. Da mesma forma, todos os estandes disponíveis para a exposição haviam sido vendidos em tempo recorde, com um resultado que correspondia ao triplo da maior quantidade de estandes obtida no passado.

Porém, a escassez de representantes ativos de países com grandes mercados de gás era motivo de preocupação do Conselho. E as ações promocionais para alcançar um alto nível de assistência ao XV Congresso faziam parte da estratégia para atrair novos membros e para a execução da política de incentivo à participação de um número maior de executivos das empresas associadas, facilitando a renovação da antiga estrutura, de modo a imprimir maior agilidade às ações da AIGLP.

“A AIGLP deve iniciar uma nova etapa de relançamento, adaptando-se às mudanças no ambiente e às novas demandas de seus associados, identificando os novos objetivos e considerando como ser o mais útil possível para seus integrantes.”

Antônio Vela, Cancún, 1999

A nova política de renovação da estrutura e composição dos sócios consistia em priorizar o recrutamento individual de empresas, mudando a tendência anterior que se baseava principalmente nas associações nacionais. Facilitando-se a participação de mais empresas que atuam no setor de GLP, a entidade estaria abrangendo um número maior de países.

A reforma do estatuto contribuiria para consolidar os pontos fortes da Associação, removendo obstáculos que impediam a adaptação da AIGLP às realidades que a indústria de GLP estava apresentando em toda a região e no restante do mundo.

No entanto, ainda seria preciso agilizar o processo de tomada de decisão e o desempenho das ações necessárias para evoluir rapidamente. A Associação deveria funcionar praticamente como uma empresa, intensificando o relacionamento entre os órgãos de

tomada de decisão e os executivos. Para isso, seria necessário revisar mecanismos que regulam a composição de seus órgãos. A estrutura da entidade, embora tivesse cumprido adequadamente sua função nos primeiros anos de existência, com o passar do tempo foi ficando lenta, ultrapassada e ineficaz.

Esta avaliação das dificuldades estruturais da AIGLP diante dos crescentes desafios suscitou no início do novo milênio um movimento de renovação que mirava os objetivos futuros da entidade e de todo o setor. A realização de estudos, tanto do ponto de vista técnico quanto de marketing, tornava-se fundamental para a nova perspectiva, focada no desenvolvimento da competitividade do GLP em relação às demais fontes de energia disponíveis no mercado.

Concluindo essa análise, na reunião do ano 2000, em Barcelona, o presidente da AIGLP, Carlos Barboni, afirmou: “Devemos também levar nossa ação ao relacionamento com as autoridades dos vários países de nossa área, a fim de trabalhar para a remoção de obstáculos que, por regulamentação, política tributária e tarifária ou por qualquer outro modo de intervenção, opõem-se ao aprofundamento da participação do GLP na matriz energética.”

Na reunião de Barcelona decidiu-se também que o XVI Congresso, no ano seguinte, seria no Brasil, na cidade de Salvador (Bahia), e não mais na Venezuela, onde acontecimentos de natureza política levaram ao adiamento, para 2002, do congresso que teria lugar em Isla Margarita. A organização do evento na Bahia ficou a cargo do vice-presidente Marcos Swensson Reis.

Juntamente com essa decisão, ficou acertado que as empresas brasileiras inscritas no Congresso passariam a fazer parte da AIGLP diretamente como associadas, e não mais por intermédio do Sindigás. Extremamente bem-sucedido, o Congresso de abril de 2001 em Salvador aumentou a presença não só de empresas brasileiras como também de vários outros países latino-americanos, exatamente no ano em que a sede da AIGLP estava sendo transferida para a América do Sul.

No mesmo ano de 2001, em setembro, aproveitando a presença dos dirigentes da AIGLP no Fórum Mundial da WLPGA em Paris, realizou-se a primeira reunião do Comitê Executivo, onde foram firmados os objetivos e ações da Associação Ibero-Americana para os anos seguintes:

- A) Ser um efetivo instrumento de apoio a seus associados em suas políticas e ações frente às autoridades e à opinião pública nos respectivos países.
- B) Ser o interlocutor ibero-americano válido junto às demais organizações internacionais vinculadas ao GLP.
- C) Ser o representante natural dos interesses de seus associados junto a organizações similares, como a World LP Gas Association.
- D) Ser, no momento, uma organização formalmente ibero-americana, mas transição para tornar-se, efetivamente, interamericana.

Estes objetivos foram apresentados e aprovados pelo Conselho de Direção, dois meses depois, em Santiago do Chile, onde também ficou decidido que a AIGLP passaria a funcionar na sede da Asociación Chilena de Gas Licuado, GLPChile, situando-se ali o escritório do secretário-geral, Eduardo Vio Grossi, que era ao mesmo tempo Gerente Geral da associação chilena.

Abastible, Chile



Em foco, as boas práticas da comercialização

O desafio de fazer com que as posições da AIGLP fossem devidamente consideradas pelas autoridades dos diversos países tornou-se uma pauta prioritária, e para legitimar essa interlocução com os governos locais era preciso incorporar tanto as associações nacionais de empresas distribuidoras de GLP como as empresas relevantes do setor. Com essa meta, além de flexibilizar sua estrutura para tornar-se mais ágil e mais representativa, a Associação deveria concentrar-se nos temas de especial relevância para a indústria.

Estas questões passaram a ser o principal foco de todos os encontros e eventos. Na reunião do Conselho de Direção em Montevideu, no mês de outubro de 2004, o então presidente Alfredo Pochintesta, da Repsol-YPF (Argentina) provo,cou uma concorrida troca de ideias entre todos os participantes e ficou definido que o principal tema ao qual AIGLP deveria se dedicar no futuro próximo seria a defesa das marcas e da propriedade dos cilindros por parte das empresas distribuidoras. Este era também um dos assuntos de destaque no *Guía de Prácticas Comerciales Recomendables en la Industria del GLP*, editado em conjunto com a WLPGA.

Por outro lado, conforme os critérios de atuação da AIGLP, a recomendação de um sistema de marcas e propriedades dos cilindros para GLP, devidamente sustentado em princípios de bem-comum e de responsabilidade para o titular, deveria considerar as peculiaridades de cada país, com as adequações que cada realidade exige.

Além de reforçar a participação das associações nacionais de distribuidores, desde meados da década de 1990 a AIGLP vinha buscando aproximação com organizações plurinacionais na área comercial, como o

Nafta e o Mercosul, para obter o reconhecimento dessas entidades com relação à Associação e aos interesses que ela representa.

Esse respaldo institucional fortaleceria o trabalho de *lobby* nas questões relacionadas à padronização e legislação comum sobre segurança, meio ambiente e comercialização, amenizando a intervenção do Estado nessas questões e tentando banir políticas de preços gerenciados.

Da mesma forma, a AIGLP estabeleceu relacionamento constante com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e a Organização Latino-Americana de Energia (Olade).

Conforme afirmou o secretário-geral Eduardo Vio, a detecção de instituições internacionais com quem interagir, desde a WLPGA até as organizações como a Olade, “efetivamente tornou a AIGLP um ator internacional”.

O próprio secretário-executivo da Olade, Diego Pérez Pallares, participou da reunião do Conselho da Associação, em Cancun (México), no ano de 2005, falando sobre a colaboração entre sua Organização e a AIGLP. Nesta mesma ocasião, o *Acordo de Cooperação entre Olade e AIGLP* foi apresentado no XX Congresso da AIGLP, que teve como convidado especial o secretário-executivo da Olade.

No acordo firmado, as duas instituições se propuseram a iniciar ações conjuntas, cada uma no âmbito de suas competências, com vistas a estudar e promover na América Latina o uso adequado do GLP, como combustível limpo, não poluente, indispensável para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Essas ações conjuntas, segundo o documento, têm como propósitos “a garantia do direito da população de dispor efetivamente desse combustível e de que sua comercialização seja realizada dentro de um sistema saudável, livre e transparente de oferta e demanda”.

A realização de estudos sobre GLP na América Latina, o treinamento de pessoal das indústrias, comerciantes e associações de GLP e a participação recíproca nas atividades de cada entidade foram algumas formas de cooperação previstas no acordo.

O XX Congresso, em Cancun, também ficou marcado por outro documento de grande relevância na história da AIGLP: a *Declaração sobre o GLP ao Alcance de Todos*, fortalecendo fundamentos que a Associação defendia desde seus primórdios.

Entre os principais pontos da Declaração firmada em 2005, destacam-se:

7º - A responsabilidade do Estado de assegurar à população o acesso efetivo ao uso de GLP realiza-se fundamentalmente através do estabelecimento e do respeito de um regime legal que, por um lado, permita que o envasamento e a distribuição de GLP estejam a cargo somente de empresas com capacidade humana, tecnológica e financeira para fornecer, no âmbito de um mercado de concorrência livre e saudável, um serviço seguro, oportuno e eficiente, e que respondam por isso; por outro lado, que essas empresas sejam proprietárias dos cilindros e tanques de GLP com suas respectivas marcas comerciais, de modo que todos sejam tecnicamente seguros e suscetíveis às reinspeções periódicas necessárias.

8º - O Estado também cumpre a referida missão nos casos excepcionais em que concede ajuda especial aos setores mais carentes da população, de modo que estes possam adquirir o GLP para suas necessidades mais básicas; é recomendável, no entanto, que esse tipo de subsídio seja concedido diretamente aos beneficiários e não ao próprio produto, pois neste caso os setores mais ricos da sociedade também se beneficiariam.

[...]

11º - Da mesma forma, é necessário que o Estado adote medidas para impedir, nas zonas fronteiriças, o contrabando de GLP ou de cilindros introduzidos ilegalmente nos países, não apenas violando o princípio da propriedade dos recipientes e de suas marcas, como também trazendo grande risco para a população, por não respeitar as medidas básicas de segurança na utilização do produto.

12º - Em resumo, as políticas do Estado e das empresas envasadoras e/ou distribuidoras de GLP devem estar em conformidade na consideração do referido combustível como um instrumento insubstituível para o desenvolvimento harmonioso e sustentado dos povos americanos.

Mudanças estruturais preparam novo ciclo

A participação de associações nacionais relevantes como membros efetivos da AIGLP seria significativamente reforçada em 2006, com a incorporação da Associação Chilena de Gás Liquefeito A.G., GLPChile, e do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de GLP, o Sindigás, do Brasil.

Este fato foi destacado na reunião do Conselho de Direção, realizada em maio de 2006 em Colonia del Sacramento (Uruguai), presidida por Sergio Cervantes (Zeta Gas, Guatemala), que havia assumido a presidência da AIGLP no ano anterior, em função da renúncia de Alfredo Pochintesta.

A mesma reunião foi marcada pela despedida de Eduardo Vio Grossi (Chile), que desde 2001 ocupava o cargo de secretário-geral, tendo atuado decisivamente para o fortalecimento da entidade a partir da transferência de sua sede para a América do Sul, com a intensificação do seu desempenho nos países latino-americanos. A formulação de uma doutrina da AIGLP, expressa nas Declarações de seus congressos e em outros documentos, a dinamização dos eventos, o desenvolvimento do site e a interação colaborativa com importantes organizações plurinacionais estão entre as principais contribuições de Eduardo Vio durante sucessivas gestões.

A Secretaria Geral passou a ser exercida por Sergio Bandeira de Mello (Sindigás, Brasil).

Outra novidade desse momento de mudanças foi a criação de três Vice-Presidências, que passaram a ser ocupadas por José Luis Bernal (Argentina), Jonathan Benchimol (Brasil) e José Manuel Santa Cruz (Chile).



Fogás, Brasil

Além disso, ficou estabelecido que na reunião seguinte, a ser realizada na capital argentina em novembro do mesmo ano, seria apresentado pelo novo secretário-geral um Projeto de Estatuto e um Plano Estratégico da AIGLP.

A Associação se preparava para mais um ciclo em sua história, diante dos novos desafios e oportunidades que se apresentavam como fatores críticos de sucesso para o desenvolvimento do GLP no cenário energético ibero-americano.

Cancún, 1996 –
Auditório do 11º
Congresso



Cancún, 1996 –
Secretário-Geral
Antonio Vela



Cancún, 1996 –
Exposição (exterior
e interior)



Cancún, 1996 –
Fala do presidente
Swensson Reis



Cancún, 1999 –
14º Congresso



Salvador, 2001 –
16º Congresso.
Despedida do
Secretário-Geral
Antonio Vela



Lima, 2005 -
Conferência



Lima, 2007 -
Visita à Solgas



Rio, 2007 -
22ª Congresso -
Painel I



Rio, 2007 - 22ª Congresso - Debate

Rio, 2007 - 22ª Congresso
- Painel IV



Rio, 2007 - 22ª Congresso
- Eduardo Vio





Montevideo, 2008 -
23º Congreso



Lima, 2009 - 24º Congreso





México, 2010 –
1º Encuentro
Ibero-Americano
de Autoridades
Reguladoras



Rio, 2011 –
2º Encuentro
Ibero-Americano
de Autoridades
Reguladoras



Panamá, 2012 – 27º Congreso



México, 2013 – 28º Congreso



Rio, 2015 – 30º Congreso

Buenos Aires, 2017 -
32º Congreso



Rio, 2018 -
33º Congreso

Lima, 2019 -
34º Congreso





FORTALECENDO OS PILARES



Com o slogan “GLP, combustível limpo e abundante”, o XXII Congresso Ibero-Americano de GLP, no Rio de Janeiro, foi o primeiro grande evento organizado pela Associação a partir de sua nova sede, no Brasil, em junho de 2007, juntamente com a reunião do Conselho de Direção e a Assembleia Geral.

Os resultados preliminares do Congresso eram animadores: 197 congressistas, 17 países participantes e a presença de 61 empresas – como informou o secretário-geral Sergio Bandeira de Mello, ao abrir a reunião do Conselho, que tinha como focos principais o desenvolvimento do plano estratégico, a proposta do novo modelo de gestão da AIGLP e a aprovação do novo estatuto.

A nova estrutura do quadro social conferia protagonismo às empresas que exercem atividades de produção, importação, envasamento, armazenamento ou distribuição de GLP, distinguindo-as como “sócios”.

As associações que representam essas empresas em seus países ou regiões de atuação passaram a ser “membros honorários”, assim como universidades, centros de pesquisas, órgãos públicos de regulamentação e organizações de interesse técnico, científico ou social.

E a categoria “associados” passou a incluir outras empresas relacionadas ao setor, como fabricantes de recipientes e equipamentos de enchimento, tubulações, veículos, ferramentas, etc., de modo que todos os elos, desde a produção à distribuição, participassem ativamente dos debates e ações importantes para o setor.

Com a criação dessas três categorias, de modo que todos os envolvidos no mercado de GLP pudessem participar, a Associação ganhou mais pluralidade. Esse novo modelo promoveria maior envolvimento das empresas na gestão da AIGLP, na participação em comissões técnicas e na agilidade da atuação estratégica, a começar por alguns pontos críticos que impactavam negativamente o mercado de GLP.

Em debate, a temática prioritária e mais relevante

Os pontos críticos detalhados por Sergio Bandeira de Mello em sua apresentação para o Conselho haviam sido sugeridos pela World LP Gas Association (WLPGA) e indicaram o direcionamento dos painéis e debates no XXII Congresso:

- Respeito à propriedade das marcas estampadas nos cilindros transportáveis e à propriedade dos mesmos.
- Carga tributária elevada.
- Alto desejo de intervenção do Estado sobre o mercado de GLP, pelo conceito de produto social.
- Aumento do uso de combustíveis sólidos como lenha, carvão etc.
- Desconhecimento, por parte das autoridades, de alguns usos industriais do GLP, sua eficiência e oportunidade, e das barreiras para uso do GLP através de leis e regulamentos.

A participação mais ativa das empresas era fundamental para o compartilhamento de tecnologias, boas práticas e questões estruturais de fornecimento, entre outros aspectos. E a presença de fornecedores também se mostrou importantíssima para se aprimorar a noção dos procedimentos em todas as etapas da indústria de GLP – comenta Maurício Jarovsky, da Ultragaz. Através da AIGLP tornou-se possível conhecer e analisar o que estava sendo feito nos diversos países, formando uma massa crítica bastante confiável e atualizada, para ser mostrada às autoridades do país onde ocorresse algum ponto crítico.

Esse compartilhamento foi importante inclusive para as empresas que tinham pouco acesso à tecnologia dos países mais avançados, porque puderam conhecer de perto o que faziam os maiores *players*

do setor e passaram a se relacionar com os principais fornecedores de equipamentos da indústria de GLP em todo o mundo.

“A atuação da AIGLP foi decisiva para o aperfeiçoamento de políticas governamentais referentes à indústria do GLP em países como Equador, Colômbia, Peru, Uruguai e vários outros, inclusive da América Central” – lembra Jarowski. “Cada país entende o que são boas práticas, mas cada um desenvolve e aplica esse conceito conforme sua realidade e seu perfil.”

MODELO ESTRATÉGICO

Posições decididas em Buenos Aires (novembro de 2006)

CONSTRUIR UMA NOVA PROPOSTA DE AÇÃO PARA A AIGLP

Entidade internacional de lobby.
Reconhecida como de utilidade pública.
Útil para governos em sua área de atuação.
Disponibilidade de apoio, por demanda, para empresas parceiras.
Criação de meios para a comunicação com a imprensa e autoridades.
Respeitada como fonte confiável para a imprensa.
Melhorias na comunicação entre parceiros.

CONSTRUIR UMA NOVA PROPOSTA DE VALOR PARA O GLP

Combustível moderno.
Combustível além do seu papel social.
Combustível ambientalmente limpo.
Abundante na América do Sul.

Nesse momento, em 2007, recorda o então vice-presidente Jonathan Benchimol, “a visão estratégica da indústria do setor era tornar a AIGLP uma referência das boas práticas técnicas, comerciais e de segurança para os países impactados da região”. Segundo ele, a partir da própria indústria houve uma mudança de visão acerca da relevância da associação para a sociedade como um todo. “A entidade ganhou importância com base na nova visão estratégica das boas práticas, que regularia e incentivaria o crescimento do setor.”

Essa transição para uma nova etapa foi destacada na reunião do Rio de Janeiro pelo presidente em exercício, Sergio Cervantes Chaparro, da Guatemala, que lembrou aos presentes “a importância de uma Associação menos reativa e mais proativa, fortalecida e bem conhecida”.

O Plano Estratégico e o novo Estatuto, propostos pelo secretário-geral na reunião de Buenos Aires, em novembro de 2006, trouxeram novidades na estrutura e no funcionamento da AIGLP. Foi criada a função de diretor-executivo, com dedicação exclusiva, que passaria a assumir, além das funções do secretário-geral, a administração financeira da AIGLP, a gestão dos contratos dos prestadores de serviços, a representação da entidade sempre que solicitado por seu presidente e a gestão das demandas solicitadas à Associação, entre outras atividades. Dessa forma, as figuras do secretário-geral e do tesoureiro deixaram de existir.

A direção da AIGLP passa a ser composta pelo presidente, por dois vice-presidentes e pelo diretor-executivo.

Jose Luis Bernal Catalán (Repsol YPF), que era vice-presidente na gestão anterior, assume então a presidência. Jonathan Benchimol (Fogás, Brasil) e Rubem Mesquita Vieira (SHV, Brasil), respectivamente, assumiram as funções de primeiro e segundo vice-presidentes.

Para a direção-executiva foi escolhido o nome de André Donha Lopes (mestre em Refino, Gás e Marketing pelo Instituto Superior da Energia da Espanha), contratado através de empresa *headhunter*, independente e sem vínculo com qualquer companhia ligada à Associação.

Além dos novos componentes da direção, poderiam ser formadas diversas comissões (técnicas, jurídicas, de segurança e meio ambiente, regulatórias etc.), através da participação dos sócios, dos associados e dos membros honorários, com a finalidade de dar todo suporte necessário à AIGLP no alcance de seus objetivos.



Copagaz, Brasil

Razões e resultados da mudança para o Brasil

Quando houve a necessidade de mudança da AIGLP da Espanha para o Chile, em 2001, a experiência do chileno Eduardo Vio Grossi como secretário-geral garantia para a entidade uma atuação competente e as empresas do país andino valorizavam a relevância da Associação, mas não tinham condições de imprimir uma performance com a prioridade e o volume de trabalho que o cenário do mercado de GLP nos diversos países latino-americanos passou a exigir.

Era um momento difícil para a Associação, com reduzido apoio dos membros, insuficientes recursos financeiros, falta de atividades relevantes, pouco interesse e pequena participação nos eventos.

Enquanto isso, no Brasil, o Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de GLP, Sindigás, desenvolvia forte atuação, mas as empresas brasileiras participavam pouquíssimo na AIGLP. Desde a década de 1990, o Sindigás vinha influenciando decisivamente na elaboração do marco regulatório desse mercado que é o maior da América do Sul. Em um território de dimensões continentais, conseguiu-se implantar um sistema bem-sucedido de destroca e requalificação, e o sucesso desse sistema, envolvendo um total superior a 110 milhões de botijões, fez com que o país se tornasse referência internacional.

Impulsionados por essa experiência, era natural que os brasileiros contribuíssem mais na AIGLP. O país que tivera, nos primeiros tempos da Associação, representantes de destaque como Marcos Swensson Reis, presidente em 1992 e vice-presidente nos dois mandatos anteriores, volta então a integrar a diretoria em 2006 com um vice-presidente, Jonathan Benchimol. E o presidente do Sindigás, Sergio

Bandeira de Mello, é indicado para a função de secretário-geral da AIGLP em substituição ao chileno Eduardo Vio Grossi, que assumiria importantes funções no governo de seu país.

Segundo Benchimol, foi imprescindível transferir a sede, para facilitar a gestão, ou seria necessário ter uma estrutura de custo no Chile e outra no Brasil.

“A decisão de mudança foi completamente operacional, para melhor atender às demandas, fortalecer a estrutura financeira e aumentar a participação dos membros dos principais mercados, com maior suporte de especialistas e participação mais intensa nos diversos eventos” – explica Plínio Braz, representante da empresa Ultragaz, que participou dessa fase de transição como vice-presidente da AIGLP.

Inicialmente, nessa nova etapa, o Sindigás e as empresas distribuidoras de GLP no Brasil assumiram a maior parte das funções da Associação Ibero-Americana, trabalhando pelo fortalecimento da entidade, colocando a maior parte dos recursos, para imprimir maior dinamismo e visibilidade a suas ações. Segundo Bandeira de Mello, as empresas brasileiras mantiveram contato com organizações dos outros países-membros para que também participassem mais, criando uma plataforma comum e aumentando a quantidade de parceiros dispostos a investir, reorganizar e fortalecer a AIGLP.

Os resultados apareceram e a presença dos diversos países foi se equilibrando com o tempo. “Hoje, o Conselho está mais pluralizado, mais distribuído entre os representantes de outros países”, observa Maurício Jarovsky.

Atuação intensificada nos países da região

Um depoimento que expressou em breves palavras a característica principal da ação da AIGLP no período que se iniciava foi a manifestação do representante da Associação Gás LP Peru, César Bedón Rocha, na reunião de 2007, agradecendo o apoio que foi dado às empresas do seu país nas visitas de Ramón Cervantes e de Bandeira de Mello a autoridades do Legislativo e do Executivo peruano, além da presença dos representantes da AIGLP em seminários e outras ações locais.

No caso peruano, segundo Sergio Bandeira de Mello, o que havia era uma enorme informalidade no enchimento de botijões, porque algumas empresas envasadoras atuavam com embalagens de qualquer marca. “Isso foi trazido à pauta pelos associados da entidade e levado à exaustão ao governo peruano, mostrando que havia um prejuízo à sociedade na promoção de um parque comum de garrafas” – conta ele. “Era importante que o consumidor elege-se sua marca favorita, por meio de suas próprias experiências. No entanto, fala-se de um produto que é extremamente homogêneo, e a única coisa que se consegue diferenciar aos olhos de um não especialista, de um leigo, é a marca. A logomarca no botijão é um registro claro e inequívoco de origem. Foi demonstrado ao governo daquele país que isso era necessário e, com o tempo, houve uma redução da informalidade.”

A AIGLP já havia atuado intensamente no Peru durante os anos 1990 (conforme relatado no capítulo 2), para alertar o governo local sobre os riscos do enchimento fracionado de recipientes de GLP por meio de caminhões. Na década seguinte, o respeito à marca estampada no cilindro foi o ponto crítico que exigiu maior atenção da Associação em suas ações naquele país. E mais uma década depois, além do

problema da informalidade, que também ocorre em outros países do continente, voltam as pressões pelo enchimento fracionado, desta vez em postos de gasolina.

Diego Ciufici Alves – que assumiu a direção-executiva em 2017, tendo iniciado sua experiência na AIGLP como assistente do diretor-executivo André Donha em 2007 – continuou mantendo constante diálogo com as autoridades peruanas para tratar de questões recorrentes, que voltam a cada novo governo, principalmente em função de projetos do Legislativo que defendem soluções aparentemente simples e práticas, mas perigosíssimas. “No Peru existe o autogás, que nós incentivamos, porque o abastecimento de veículos movidos a GLP é seguro, mas não há condição de encher botijões nos postos de combustíveis automotivos, porque o recipiente de uso doméstico não é feito para esse tipo de enchimento” – explica Diego. Ele avalia que os sucessivos contatos da AIGLP no Peru têm sido bastante frutíferos, devido à credibilidade da Associação na interlocução com o governo.

Também na Colômbia a AIGLP desempenhou papel importantíssimo: ainda se mantinha ali uma legislação que permitia a qualquer empresa encher qualquer botijão. Isto acarretou uma grave deterioração do parque de cilindros. Depois de um intenso trabalho de *lobby*, foi lançado um novo marco regulatório colombiano do GLP, no qual a grande diferença era justamente o respeito à marca nos cilindros. As mudanças foram tão consistentes que o mercado de GLP atraiu grandes investimentos estrangeiros no país, consolidando-se ainda mais.

A questão do respeito à marca, não por acaso destacada pelo então secretário-geral Bandeira de Mello na reunião de 2007 como primeiro ponto crítico a ser enfrentado pela AIGLP, tem sido constante e recorrente na maioria dos países membros. Outro exemplo recente, semelhante ao que ocorreu na Colômbia, é o Uruguai, onde foi decidido, em determinado momento, autorizar o enchimento de vasilhames de outras marcas. “A associação imediatamente se prontificou com a indústria local e colaborou com tudo o que estava ao seu alcance, inclusive indo até lá diversas vezes, para reuniões

com autoridades do país” – lembra Plínio Braz. “O esforço foi recompensado, pois o governo voltou atrás em sua decisão instituindo novamente o respeito a marca no setor, trazendo mais segurança para o consumidor final.”

Outro assunto recorrente nos contatos da AIGLP com as autoridades dos países latino-americanos tem sido o enchimento fracionado de recipientes de GLP, que já havia ocorrido no Peru nos anos de 1990 e nas décadas seguintes surgiu também no Paraguai, em Honduras e no Brasil, entre outros.

“Camioncito” foi o nome que ficou popularmente conhecido no Paraguai, para o enchimento fracionado de cilindros em vias públicas, por meio de caminhões. Implementado pela estatal Petropar, que estava entrando no mercado do GLP, este sistema foi apresentado como mais barato para o consumidor, mas na verdade o custo baixo se devia a um subsídio concedido à empresa no preço do gás. Para combater essa prática, que não tinha qualquer preocupação com a segurança da população, representantes da AIGLP conseguiram audiência no ministério encarregado do assunto, apresentaram argumentos técnicos e exemplos de acidentes em países como a Nigéria, onde se implantou sistema semelhante com graves consequências. As empresas locais eram informadas previamente sobre essas reuniões. Autoridades paraguaias foram convidadas a participar em congressos da AIGLP e estiveram presentes nesses eventos em três anos seguidos, além de enviarem uma comitiva para conhecer de perto o funcionamento do mercado brasileiro de GLP, visitando a agência reguladora (ANP), plantas de requalificação, plantas de enchimento etc. Algum tempo depois, já em novo governo, os argumentos da AIGLP foram acolhidos e os caminhões saíram de operação, antes que houvesse algum acidente, porque o risco era iminente.

Como observa Diego Ciufici, as ações da Associação em casos desse tipo, inclusive realizando congressos e outros eventos técnicos nos países em foco, têm como meta o estabelecimento de um marco regulatório no qual fiquem definitivamente firmados os procedimentos de segurança. “Temos tido muita participação em vários assuntos dos

países em toda a América Latina, sempre formando opinião, sobre normas, procedimentos, como fazer e como não fazer” – conta o diretor-executivo.

O material utilizado pela AIGLP para abordar cada um dos pontos críticos, reunindo estudos, notas técnicas e experiências internacionais, torna-se mais robusto a cada nova atuação em diferentes países. Assim foi em Honduras, já em 2019, onde surgiu novamente o tema de enchimento fracionado em postos de gasolina, e mais uma vez a AIGLP atuou de maneira célere, buscando o setor e as autoridades locais para mostrar os riscos envolvidos nesse modelo de negócio, que em seguida foi descartado pela autoridade local.

A ideia do enchimento fracionado exigiu atenção inclusive no Brasil. Apesar de ter um dos melhores marcos regulatórios da região, visto como *benchmark* em todo o mundo, a indústria brasileira de GLP também precisou de apoio da Associação, quando o órgão regulador (ANP) decidiu realizar uma “Tomada Pública de Contribuições” (TPC) consultando a sociedade sobre a possível liberação do enchimento fracionado e do uso de cilindros de outras marcas.

Na ocasião foi contratada uma consultoria de renome institucional (Accenture Strategy) para elaborar um minucioso trabalho – *Benchmark do mercado de GLP envasado na América Latina* – que reúne e analisa informações atualizadas dos diferentes mercados de GLP em nove países latino-americanos (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru e Uruguai). Ampliando ainda mais esse foco e comparando diferentes realidades, foram avaliados também os mercados de GLP na Espanha, Portugal e Estados Unidos.

A partir do mapeamento das características do consumo de GLP em cada um dos países, foi analisado comparativamente o desempenho dos diversos mercados, considerando quatro dimensões da geração de valor para essa indústria: performance financeira, valor para o consumidor, valor socioambiental e eficiência regulatória. Concluindo a análise, foram identificados três modelos, com seus

prós e contras, levando em conta o respeito à marca, a portabilidade do envase, o enchimento fracionado e a manutenção dos recipientes pelas empresas envasadoras.

O modelo mais favorável para o consumidor, por apresentar mais segurança, mais eficiência na fiscalização e melhor qualidade percebida, está presente em seis dos nove países pesquisados: Argentina, Brasil, Chile, Equador, Peru e Uruguai.

O estudo de *benchmark*, demonstrando que o melhor modelo de negócios do GLP para a sociedade como um todo é justamente o adotado no Brasil, foi apresentado à agência reguladora com um criterioso posicionamento da AIGLP a respeito das questões em debate.

· O material utilizado pela AIGLP
· para abordar cada um dos
· pontos críticos, reunindo estudos,
· notas técnicas e experiências
· internacionais, torna-se cada vez
· mais robusto a cada nova atuação
· em diferentes países.

Centro internacional de referência em GLP

A possibilidade de contratar uma consultoria de alto nível para elaborar um *position paper* sobre temas relevantes para o setor, como foi feito em 2018 para a consulta pública promovida no Brasil pela ANP, é uma posição ótima alcançada pela AIGLP, que hoje estimula e reúne conhecimento especializado, por meio de publicações importantes para os seus integrantes e para a sociedade em geral.

Essa forma de contribuição para o setor já estava prevista desde os primeiros tempos da Associação, como foi registrado em 1988 na reunião do Conselho de Direção em Medelin, Colômbia:

“A atividade da Associação é o estudo, desde os níveis científico, técnico e institucional, de todos os tópicos de interesse comum aos campos de segurança, aplicações, desenvolvimento, padronização, regulamentação, informação e quaisquer outros que afetem o setor de gás liquefeito de petróleo, sendo seu âmbito o grupo de nações que compõem a comunidade ibero-americana.”

Quase 20 anos depois, em alinhamento com o novo Plano Estratégico lançado naquele ano de 2007, a Declaração do XXII Congresso da AIGLP, no Rio de Janeiro, incluía o seguinte propósito.

“Valorizar o papel da AIGLP como um importante centro de referência e divulgação de dados acerca do setor, garantindo maior sinergia entre seus membros, bem como um órgão propagador de práticas compatíveis com o marco regulatório do setor, para que a atividade de distribuição e comercialização de GLP se realize dentro dos princípios e regras próprias de uma competição livre e saudável.”

Em 16 tópicos como este acima transcrito, a Declaração de 2007 se propõe a “reforçar a necessidade de um mercado de GLP livre e competitivo, caracterizado pela ética concorrencial e pelas boas



Zetagas, México

práticas comerciais”. Para que haja uma disputa saudável entre os diversos participantes e suas respectivas marcas, a AIGLP reafirma a sua convicção de que o Estado deve evitar eventuais tentações de intervenção no mercado de GLP. Além disso, o documento destaca os principais parâmetros defendidos pela Associação para os diversos países, como a importância do GLP para a qualidade de vida da população e para o equilíbrio ambiental em nosso planeta, o respeito à marca como um direito do consumidor e a necessidade de programas sociais destinados às camadas mais populares.

Maior intercâmbio regional e mundial

“Esse sapato se encaixa no seu pé”, disseram os parceiros brasileiros de Jonathan Benchimol quando seu nome foi cogitado para assumir a segunda vice-presidência da AIGLP em 2006, tendo como presidente o guatemalteco Sergio Cervantes Chaparro e, como primeiro vice, o argentino José Luis Bernal. No ano seguinte, Bernal assume a presidência e Benchimol passa a ser o primeiro vice-presidente.

“Era um cargo consultivo”, lembra ele. “O Bernal me ligava, me consultava, a gente trocava e-mails, e assim caminharia.” Entretanto, José Luis Bernal foi convocado pela Repsol YPF para assumir uma nova posição na península ibérica, deixando a posição de diretor de GLP Argentina e Brasil. Tecnicamente, ele poderia continuar como presidente da AIGLP, mas essa interface de comunicação ficaria comprometida pela distância, pelo fuso horário e principalmente pelas novas responsabilidades, como diretor de *Trading* da matriz da empresa, em Madri, sem relação direta com a indústria do GLP. Assim, a empresa preferiu solicitar a renúncia do presidente, e o primeiro vice-presidente, Jonathan Benchimol, da empresa brasileira Fogás, assumiu em 2008 a presidência da Associação, cargo que ocuparia por mais de oito anos.

O perfil técnico e a experiência empresarial de Jonathan Benchimol foram muito importantes nessa etapa em que a AIGLP buscava fortalecer a participação das organizações de todos os países-membros. Atento às questões operacionais e às inovações tecnológicas do setor, ele agregou os diversos segmentos da indústria, além de abrir espaço nos eventos da Associação para órgãos de regulação, como aconteceu no XXIII Congresso, realizado em Montevidéu, quando representantes

de agências e superintendências reguladoras da Colômbia, Brasil e Peru apresentaram os modelos de operação e fiscalização adotados em seus países, bem como os seus principais problemas, e solicitaram apoio da AIGLP para fomentar novos encontros, de forma a ampliar o intercâmbio de experiências e o desenvolvimento de propostas de alinhamento da regulação aplicada em cada país. Já em 2010, com o suporte da AIGLP, realizou-se no México o primeiro Encontro Ibero-Americano de Autoridades Reguladoras. E um novo encontro aconteceu em 2011, no Rio de Janeiro.

Gestões sucessivas

Na Assembleia Geral de 2009, em Lima (Peru), Jonathan Benchimol foi reeleito presidente por unanimidade, tendo como vices Rubem Mesquita Vieira (SHV Gas Brasil) e Andrés Scarone (Repsol YPF).

No ano seguinte, em Madri (Espanha), o segundo vice-presidente passou a ser o representante da Repsol Peru, Celestino San Roman, e o cargo de terceiro vice-presidente voltou a existir, sendo então assumido por Plínio Braz (Ultragaz, Brasil).

Os mesmos nomes foram reeleitos nas assembleias gerais de 2011 (em Santiago, Chile) e 2013 (na cidade do México). Ainda em 2011, o cargo de diretor-executivo passou a ser ocupado por Arthur Ituassu, que trazia para o setor de GLP uma grande experiência em regulação nas áreas de telecomunicações e de combustíveis.

Em 2014, na assembleia realizada em Miami, foi necessário substituir duas posições de vice-presidência que ficaram vagas, e o Conselho indicou os nomes de Lorenzo Palazetti (Repsol, Peru) e Guilherme Rosman (Supergasbras, Brasil) para integrar a diretoria ao lado do presidente Jonathan Benchimol e do 1º vice-presidente Plínio Laerte Braz, com mandatos até abril de 2015, quando os nomes foram mais uma vez reconfirmados, exceto na 3ª vice-presidência, com a substituição de Guilherme Rosman por Ángel Mafucci Solimano (Lipigas, Chile).

Benchimol deixaria a presidência em 2017, quando foi eleita a chapa única tendo à frente Ricardo Tonietto (Supergasbras, Brasil), com os vice-presidentes Plínio Braz (Ultragaz), Angel Mafucci Solimano (Lipigas, Chile) e Mario Wellington Perazzo (Nacional Gas, Brasil).

Em 2019, a Assembleia realizada no Rio de Janeiro confirmou mais um mandato de Ricardo Tonietto na função de presidente da AIGLP, substituindo apenas o primeiro vice-presidente, que passou a ser Ricardo Colpo (Ultragaz).

Outro destaque da Assembleia Geral de 2010, em Madri, foi o *Memorando de Entendimento* entre a AIGLP e a WLPGA. Nesse documento, as associações ibero-americana e mundial se propõem a “coordenar objetivos operacionais relevantes e compartilhar parte de suas atividades no que se refere a estudos e atividades técnicas e científicas”, com o objetivo de “aprimorar a indústria global, compartilhando informações, conhecimentos e melhores práticas de maneira consistente e coerente em todo o mundo”.

Entre as ações conjuntas, foi prevista a realização de *workshops* paralelamente aos congressos anuais da AIGLP, com oficinas de boas práticas industriais, segurança e módulos de treinamento técnico sobre questões importantes na América Latina, tomando exemplos relevantes de outras regiões.

Além disso, a WLPGA disponibiliza os documentos e estudos que produz, alguns dos quais pertinentes à região da América Latina, e apoia a produção de uma versão latino-americana das estatísticas anuais sobre o mercado de GLP no mundo (*Revisão Estatística do GLP Global*), fornecendo uma análise aprofundada dos mercados nessa região, com base no modelo já realizado em parceria com a Associação Europeia de GLP.

Além de uma integração mais efetiva com a Associação Mundial e outras entidades internacionais, a AIGLP procurava também dar maior diversidade geográfica aos seus eventos, aproximando-se mais dos países da América Central. Um passo nesse sentido foi a decisão de escolher um país da região do Caribe como sede do congresso anual da entidade. Em 2012, o XXVII Congresso da AIGLP foi realizado na Cidade do Panamá.

Enquanto vários países da região mostravam-se mais atuantes, uma das maiores nações do continente, a Argentina, que participava ativamente dos primeiros anos da AIGLP, havia reduzido muito a sua presença na Associação. Em parte, esse distanciamento ocorria em razão da conjuntura política e econômica do país, mas também se devia à autossuficiência do mercado argentino de GLP, onde a

produção nacional responde por 100% da oferta do produto. De qualquer forma, realizar em Buenos Aires o XXVIII Congresso da AIGLP, no ano de 2013, seria uma oportunidade de contar novamente com a presença desse importante *player* latino-americano.

A participação dos diversos países vinha de fato se intensificando, como relatou Diego Ciufici na Assembleia de 2014, em Miami. O “Boletim de Melhores Práticas”, lançado nessa ocasião, reunia colaborações de várias empresas. E nesse mesmo ano a AIGLP marcou presença em eventos nas cidades de Cartagena (Regional Summit WLPGA), Bogotá (encontro com autoridades do setor), Atlanta (Southwest NPGA Event), Cape Town (Argus Africa LPG 2014 Conference), e Cidade do México (GLP Forum).

Os temas dos eventos anuais, amadurecidos pela AIGLP com os representantes de cada país, contribuíram para a mudança da mentalidade sobre o mercado de GLP em um momento de democratização da atividade econômica.

A presença no fórum mexicano de GLP, com apresentações sobre as melhores práticas para abertura de mercado e sobre o Programa de Combate à Informalidade, era estrategicamente importante naquele país, que vivia um processo de abertura de mercado, com várias alterações normativas decorrentes da reforma energética – uma política pública relevante, que foi acompanhada de perto pela AIGLP. A Associação veio construindo ao longo do tempo uma excelente interlocução com as autoridades reguladoras do governo local. Maior mercado de GLP da América Latina, o México está presente na AIGLP desde sua fundação, por intermédio da empresa Zetagas, e hoje também participa com a empresa Pro-GLP, bastante ativa no mercado internacional.

Manual de Compliance e Pilares do Mercado

A atividade de Comunicação Institucional da AIGLP apresentou um avanço importante nos últimos anos, com o lançamento de oportunas publicações:

- **Queima de lenha e carvão em ambientes fechados – Poluição do ar e riscos para a saúde.** Publicação elaborada a partir de estudo realizado pelo Grupo Poluição Indoor Causada por Lenha, do Sindigás, em parceria com duas universidades (PUC-RJ e UERJ). Além de uma ampla revisão da literatura científica mundial, com a análise de artigos publicados por pesquisadores e instituições renomadas, foi feito um minucioso levantamento de dados gerados por agências governamentais brasileiras, tendo como resultado um estudo abrangente sobre diferentes formas de cocção e suas implicações para a saúde e o meio ambiente.
- **“O uso do GLP na indústria”; “O uso do GLP nas áreas rurais”; “Os usos do GLP em atividades comerciais”; e “O uso do GLP em residências”.** Estas publicações colaboram na divulgação dos diversos usos do GLP, que são inúmeras e tendem a se diversificar ainda mais, pois a tecnologia do século XXI é cada vez mais focada em eficiência energética e baixa emissão de poluentes.
- **“Outlook da AIGLP”.** Compilação de informações estatísticas do mercado de GLP nos países ibero-americanos.

- **“Manual de Compliance Comercial para a AIGLP”.** Congrega regras e dicas a serem seguidas por todos os membros da Associação e pelos colaboradores de qualquer hierarquia, nessas organizações, de forma que estejam sempre em conformidade com as normas de defesa da concorrência vigentes nos países onde atuam. Como as associações são fóruns nos quais empresas concorrentes se reúnem para discutir assuntos de interesse da indústria, as diretrizes de *Compliance* garantem que os contatos sejam eticamente corretos, benéficos, positivos e apropriados ao adequado desenvolvimento do setor.
- **Pilares do mercado de GLP.** Os principais pontos que vêm sendo defendidos pela AIGLP desde seus primórdios estão agora alicerçados em pilares que asseguram o desenvolvimento saudável do setor e o pleno cumprimento das responsabilidades das empresas diante da sociedade e dos países membros da Associação. Em síntese, a partir de dois grandes pilares – a marca e a segurança – que sustentam a cadeia de GLP, a publicação desenvolve uma série de conceitos básicos. **Importância da marca:** é a garantia de segurança ao consumidor final e ao setor; a AIGLP defende que os distribuidores somente encham cilindros de sua própria marca. **Contra parque comum de botijões:** a AIGLP defende a exclusividade no uso dos recipientes pela empresa que neles tem estampada sua marca em alto-relevo, para que não se perca a rastreabilidade que assegura a responsabilidade da distribuidora por seus produtos e serviços. É importante que o consumidor tenha certeza de que, na compra, a identificação da marca representa clara e inequivocamente as suas experiências e escolhas, não permitindo que seja enganado. **Requalificação:** é imprescindível a requalificação periódica dos cilindros. Embora cada país tenha sua legislação específica sobre o assunto, é necessário que haja esse compromisso com o

consumidor final. **Segurança:** é fundamental em todos os elos da cadeia, que deve ter no consumidor final o principal foco de suas atenções. **Livre concorrência:** a ampla competitividade entre as empresas configura uma prática concorrencial saudável, beneficiando os consumidores e garantindo-lhes menores preços e alta qualidade. Além disso, a AIGLP defende que os diversos energéticos devem competir livremente entre si.

“A defesa da marca é um ícone importantíssimo para todos os setores, mas em especial para o setor de GLP, pois desse conceito deriva-se uma série de obrigações, definidas como sendo das distribuidoras/envasadoras.”

(Trecho da publicação *Pilares do Mercado de GLP*)

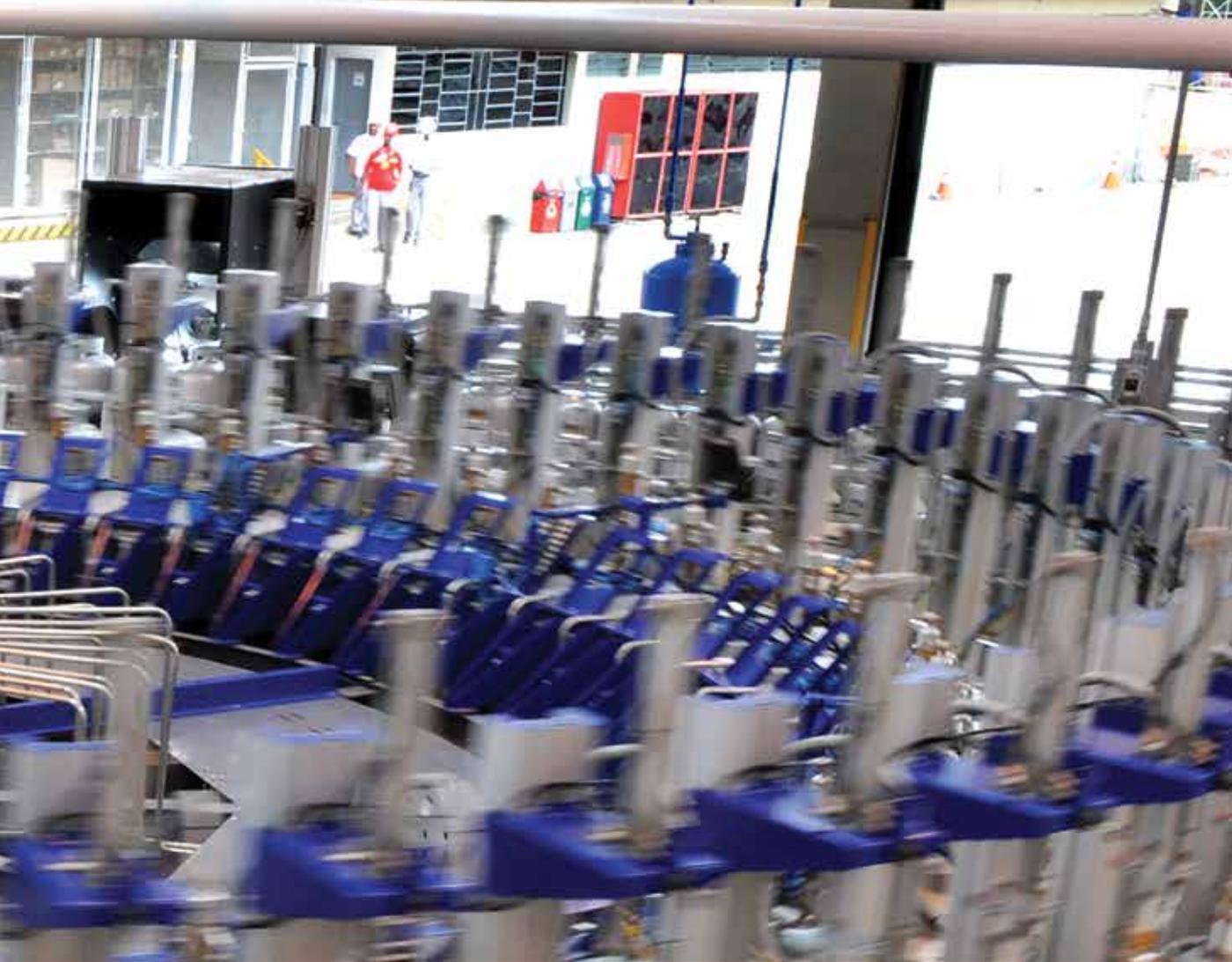
Ao disponibilizar todas as publicações no site, para *download*, em vez de produzir milhares de exemplares impressos, a AIGLP atende a outro requisito importante que passou a adotar em suas ações: a sustentabilidade. Esse tema fez parte da pauta da Assembleia Geral de 2019, em Lima, destacando-se que a realização do 34º Congresso, na capital peruana, não mais usaria papel em seu material informativo – programa, folhetos, catálogos – e em outros recursos como blocos de anotações, perguntas aos moderadores etc.

A AIGLP contava com 28 sócios em 2007 e chegou a 2019 com 64 membros de 15 países diferentes. Sua efetiva presença em todo o continente, as frequentes ações de apoio à indústria de GLP nos países da região, o trabalho das comissões técnicas, os eventos planejados conforme as características de cada mercado e a comunicação intensificada por todos os recursos disponíveis, entre outros fatores, contribuíram nos últimos anos para o aumento da representatividade da Associação.



5

VISÃO DE FUTURO:
TENDÊNCIAS
DO SETOR DE GLP



Santiago do Chile, 1990: em reunião do Conselho de Direção da AIGLP, Marcos Swensson Reis, que então assumia o cargo de 2º vice-presidente, fez um relato das atividades relacionadas ao Fórum Mundial de GLP, antigo nome da WLPGA, e deu informações sobre o Congresso que aconteceria naquele ano em Sydney. "Meio Ambiente, Segurança, Oferta e Demanda" seriam os temas da primeira sessão de debates do evento na Austrália, reunindo empresas de GLP de todas as partes do mundo.

A expressão “meio ambiente” tem sido uma constante nos trabalhos e nos eventos da AIGLP. Questões ligadas ao equilíbrio ambiental sempre estiveram presentes no posicionamento estratégico da Associação desde o início de sua história, alinhadas com as vantagens do GLP como um combustível limpo, seguro e ambientalmente correto. E vale a pena observar a evolução desse conceito nos últimos anos, indo além do ecológico para uma visão mais ampla, de “sustentabilidade”, que abrange não apenas os aspectos ambientais, como também os econômicos e sociais.

A palavra “sustentabilidade” aparece pela primeira vez em uma ata da AIGLP no ano de 2019, quando foi destacada pelo diretor-executivo Diego Ciufici, durante a Assembleia Geral em Lima, como uma das frentes atuais da Associação. A reunião na capital peruana foi em março e, poucos meses depois, em setembro, vários representantes da AIGLP participaram do 32º Fórum da WLPGA, em Amsterdam, quando a sustentabilidade foi um dos principais temas. E o foco dos debates sobre desenvolvimento sustentável que aconteceram durante o encontro mundial na capital holandesa foi a “descarbonização”.

O atual posicionamento de diversos setores sobre as emissões de gases do efeito estufa – especialmente o dióxido de carbono, gerado na queima de combustíveis fósseis – reflete uma preocupação mundial, que vem tomando corpo desde a chamada Cúpula da Terra, grande evento realizado pela ONU em 1992, no Rio de Janeiro, e que teve continuidade em sucessivas edições da Conferência das Nações Unidas para o Clima, em diferentes países, até a Cúpula do Clima realizada em setembro de 2019 na sede das Nações Unidas, em Nova York. Todos esses eventos que têm sido realizados sob a liderança da ONU buscam minimizar a interferência perigosa das atividades humanas no sistema climático. Cerca de 200 países firmaram o seu compromisso nesse sentido, em tratados como o Protocolo de Kyoto e o Acordo de Paris.



Supergasbras, Brasil

A questão ambiental sempre esteve em pauta na AIGLP, entre os temas que hoje constituem os pilares do mercado de GLP – como importância da marca, segurança e requalificação. Mas sua abordagem tornou-se mais ampla, na medida em que a redução do uso de combustíveis fósseis passou a ser vista como prioritária para a sustentabilidade da vida no planeta, surgindo daí o foco atual na “descarbonização da economia”.

Nesse contexto, mostra-se oportuno destacar as vantagens ambientais do GLP em relação aos demais energéticos.

Papel de destaque na matriz energética

Segundo pesquisas da Organização Mundial de Saúde, os combustíveis sólidos ainda respondem por 52% da energia total utilizada mundialmente, principalmente para a cocção em ambientes domésticos. Um percentual que chega a 95% nos países mais pobres, gerando emissão de poluentes, na forma de gases, vapores ou partículas respiráveis, que provocam a morte de pelo menos 4,3 milhões pessoas por ano.

“Hoje, nesse exato momento, mais de dois bilhões de pessoas em todo o mundo cozinham exatamente como se fazia há milhares de anos, queimando lenha” – diz Jonathan Benchimol, ex-presidente da AIGLP. São milhões de famílias expostas a graves doenças, lembra ele, argumentando que “o GLP tem o potencial de tornar o mundo um lugar melhor, pois agrega qualidade de vida”, por ser um combustível limpo, com níveis baixos de impacto ambiental em relação aos demais combustíveis, e nível zero de emissões ligadas ao aquecimento global.

“A América Latina é, no mundo, a grande oportunidade para o GLP, porque ainda temos muito o que crescer em nosso continente”

(Ricardo Tonietto)

“Temos um vasto campo para competir com outras fontes de energia”, diz Ricardo Tonietto, lembrando que o GLP é uma alternativa energética mais limpa, sustentável, com menor emissão de resíduos no meio ambiente, tem a vantagem de ser facilmente transportado,

atendendo à população até mesmo nos rincões mais distantes, e seu alto poder calorífico promove maior eficiência em várias aplicações, o que faz com que diferentes tipos de indústrias possam migrar para o uso desse energético.

“As possibilidades de ser utilizado em muitas outras aplicações industriais, assim como no agronegócio, nos transportes, no comércio e nas próprias residências, além das atuais perspectivas de oferta abundante, fazem da América Latina a grande oportunidade para o GLP no mundo” – afirma o presidente da AIGLP.

O cenário de oferta abundante nos próximos anos se deve ao grande crescimento da produção americana de propano e butano a partir do *shale gas*, apresentando aumento de 238% e alcançando 1,3 milhão de barris por dia.

Segundo estudos da ANP – Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível, órgão regulador brasileiro,^{1*} “a demanda de GLP nos Estados Unidos manteve-se praticamente inalterada, gerando um grande excedente para exportação”, levando a um incremento das exportações de GLP pelos Estados Unidos e a uma “reconfiguração dos fluxos internacionais do comércio de GLP”. Além disso, o campo de Vaca Muerta, grande formação geológica de xisto na Argentina, e o pré-sal, no Brasil, também deverão gerar expressivo crescimento na produção.

A oferta abundante vem reforçar ainda mais o potencial de um produto que já apresenta uma série de vantagens competitivas de sustentabilidade, em relação aos demais combustíveis fósseis, tudo isso somado às características do mercado latino-americano que fazem do GLP uma importantíssima opção energética nas próximas décadas.

.....
1. Agosto/2019 | Boletim Trimestral de Preços de Combustíveis. Disponível em <<http://www.anp.gov.br/publicacoes/boletins-anp/5326-boletim-trimestral-preco-volumes-combustiveis>>. Acesso em 14/novembro/2019.

As dimensões continentais do território, a baixa densidade demográfica, a densidade relativamente baixa de núcleos produtores que consomem grande quantidade de combustível, aliadas à inviabilidade econômica de uma ampla rede de dutos de gás natural cobrindo toda a região, fazem com que o modal de transporte mais eficiente, econômico e de maior capilaridade seja o modelo utilizado com sucesso pelo GLP, em pequenos recipientes ou a granel.

“Se alguma economia quer migrar de uma energia de alto impacto ambiental para uma economia de energias renováveis, tem que se usar o GLP” – afirma Jonathan Benchimol. “Não se muda de fonte energética da noite para o dia. A melhor solução é usar um hidrocarboneto ao mesmo tempo que se reduz a pegada de carbono”, diz ele, vislumbrando que o GLP vai desempenhar um grande papel na sociedade ainda por muito tempo, devido a suas vantagens competitivas, como facilidade de transporte, comodidade, portabilidade, segurança, alto poder calorífico e baixo índice de emissões.

Nacional Gás, Brasil



Oportunidades de crescimento

Um cenário de expansão e de crescentes oportunidades é visto pelo presidente Ricardo Tonietto, em relação ao futuro da AIGLP. “É indiscutível que vamos ter aumento da demanda de energia nos países da região e que a participação do GLP na matriz energética pode ser ampliada. Ainda há um caminho longo para a utilização do GLP em toda a América Latina”, avalia.

Não há uma solução única para o aproveitamento eficaz da matriz energética, que representa o conjunto de fontes disponíveis em uma determinada região para suprir a demanda de energia. “Precisamos transmitir às autoridades governamentais, de forma clara e bem fundamentada, que não existe bala de prata: a solução energética será um conjunto de soluções, e nesse conjunto de soluções, indiscutivelmente, o GLP terá papel relevante” – argumenta o diretor-executivo Diego Ciufici.

⋮ “A solução energética será um conjunto
⋮ de soluções, em que o GLP,
⋮ indiscutivelmente, terá papel relevante”
⋮
⋮ [Diego Ciufici]

“Temos uma grande oportunidade de ocupar espaço em atividades que ainda hoje são restritas ao GLP em vários países” – diz Ricardo Tonietto, frisando que a AIGLP tem um papel fundamental no sentido de levar essa informação para toda a América Latina – poderes públicos, iniciativa privada e consumidores – para trazer investimentos. Segundo o presidente da AIGLP, existe grande interesse em investir nesses países, mas as regras atuais ainda não inspiram confiança nos investidores.

Com base nos pilares já firmados pela AIGLP e podendo contar com um mercado saudável e competitivo, que estimule a concorrência e beneficie efetivamente o consumidor, a indústria do GLP poderá realmente crescer e quem vai sair ganhando com tudo isso é a sociedade.

O intercâmbio de informações e de experiências entre os países, no âmbito da AIGLP e da própria WLPA, tem sido um grande trunfo para o relacionamento com os agentes reguladores. “O nosso ponto é ajudar o agente regulador, de forma legal, para que a sociedade possa contar com a melhor regulação possível no setor de GLP”, diz Tonietto.

Para o presidente da AIGLP, o equilíbrio na regulação é decisivo para atrair investimentos e, ao mesmo tempo, impedir eventuais avanços inescrupulosos de empresas ou mesmo de agentes informais, pois a informalidade ainda é uma característica da América Latina que precisa ser superada. “É importante que sejamos ouvidos pelos formuladores de regulação como uma entidade séria, responsável, que pode ajudar na construção de um marco regulatório justo, elaborado com base em dados técnicos e análises de impacto regulatório para que se possa minimizar o risco de afastar investidores ou prejudicar o consumidor.”

Avanços tecnológicos e mercadológicos

A realidade muda a cada dia e a AIGLP também precisa estar sempre se atualizando, em um ritmo que exige cada vez mais agilidade. “Estamos sempre aprendendo coisas novas, tanto nos mercados regionais quando nas tendências mundiais”, comenta Diego Ciufici. “Desde o começo, a AIGLP foi basicamente uma associação de distribuidores, representando essa parte do *downstream*: envase e distribuição. Isso porque, historicamente, sempre tivemos na América Latina um monopólio estatal de produção e de importação. Com a mudança dessa realidade, nos últimos anos, aumentando a diversidade dos *players* e a importância da iniciativa privada também no *upstream* e no *midstream*, muda bastante a nossa pauta, com uma série de temas e de abordagens que não tínhamos antes, participando de eventos de *trading* e de debates sobre precificação, infraestrutura de importação, portos, geração e cogeração de energia, etc.”

A AIGLP sempre foi importante para as empresas distribuidoras de GLP – lembra Plínio Laerte Braz, vice-presidente em várias gestões – pela oportunidade de reunir líderes dessa indústria em mais de 20 países, para harmonizar boas práticas, códigos de ética e de *compliance*, além de compartilhar desenvolvimentos tecnológicos e mercadológicos do setor. “Inicialmente, a maior parte das empresas latino-americanas de GLP eram locais ou regionais. Com a entrada de algumas multinacionais do setor, acelerou-se o processo de implantação de tecnologias nos níveis mais avançados, estado da arte.”

Para Maurício Jarovsky, tem sido fundamental a parceria com a WLGPA em questões de tecnologia, por meio de um acordo de cooperação firmado entre as duas entidades. “No Glotec – Global Technology, trabalhamos juntos em pesquisas tecnológicas e trazemos esse conhecimento para a realidade latino-americana”, diz ele. Esse intercâmbio existe há cerca de dez anos e tem propiciado atividades em todos os congressos, incluindo eventos sobre tecnologia, apresentações, seminários, debates e visitas a centros operativos. Os conhecimentos desenvolvidos a partir do trabalho com a WLPGA também têm sido aplicados nos mercados latino-americanos em questões normativas, novos equipamentos etc.

Novas tecnologias de utilização nas mais diversas aplicações, somadas ao trabalho persistente de consolidação das boas práticas e do equilíbrio na regulação, serão fatores decisivos para que o GLP se posicione como uma excelente alternativa da matriz energética do futuro, sendo assim percebido nos diversos setores da sociedade – dos governantes aos consumidores, dos empresários aos formadores de opinião – em todos os países integrantes da AIGLP.

O tempo não para

Segundo Diego Ciufici, a chegada de uma nova geração de executivos nas empresas também se refletiu em mudança de mentalidade. “Juntamente com a experiência dos diretores longevos, muitos jovens estão assumindo posições importantes nas empresas da GLP em todo o mundo e isso se reflete diretamente na AIGLP, que está agregando os novos profissionais. Com mais de 30 anos, sempre se renovando, a nossa Associação é jovem, hoje muito mais representativa, com maior volume de eventos e uma presença mais ativa em toda a região.”

A contratação de estudos em consultorias especializadas, trabalhos de *benchmark* e regras de *compliance* fortalecem a posição da AIGLP, que tem sido procurada com mais frequência pelas autoridades, empresas e associações dos países-membros, reconhecida como importante fonte na região, inclusive sendo diretamente consultada por autoridades dos governos de vários países, para ajudar em temas específicos, referências técnicas, comerciais e regulatórias.

“Cada país tem a sua realidade, seu mercado, seu jeito próprio de tocar o negócio. Não somos donos da verdade, mas estamos sempre dialogando, ajudando a construir soluções, apresentando experiências e conceitos que são contribuições importantes, modelos que têm se mostrado mais eficazes e mais seguros, por isso temos sido bastante solicitados e bem recebidos” – comenta o diretor-executivo da AIGLP. “O latino gosta do contato, de conversar, estar junto. Precisamos ir lá, pessoalmente, viajando sem parar. Temos que manter os canais abertos.”

Além do intercâmbio diário por todos os meios atuais de comunicação e da presença constante nos países, intensificaram-se muito nos últimos anos as atividades administrativas internas, a produção de publicações, a realização de estudos, relatórios, apresentações,

todo o suporte necessário para as assembleias gerais e reuniões do Conselho de Direção, os trabalhos dos comitês, os congressos anuais, exposições e outros eventos.

Em suas diversas frentes, tornando-se mais profissional e contando com uma participação mais ativa dos seus associados em todos os países da sua área de abrangência, consolidando sua vasta experiência e renovando a cada dia, a Associação Ibero-americana mostra-se hoje em plenas condições de continuar avançando com o GLP para o futuro de energia sustentável.



Asociación Iberoamericana
de Gas Licuado de Petróleo
Associação Ibero-Americana
de Gás Liquefeito de Petróleo

Presidente

Ricardo Tonietto – Supergasbras – Brasil

1ª Vice-presidente

Ricardo Colpo – Ultragas – Brasil

2ª Vice-presidente

Angel Mafucci Solimano – Lipigas – Chile

3ª Vice-presidente

Mario Wellington Perazzo – Nacional Gás – Brasil

Diretor-Executivo

Diego Ciufici N. Alves

Rua da Assembleia, 66 / 19ª andar – Centro

CEP 20011-000 – Rio de Janeiro, RJ – Brasil

aiglp@aiglp.org

+55 (21) 3078 2850

<https://aiglp.org>

Criação e produção deste livro

Redação: Gustavo Barbosa

Revisão: Cristiane Freitas Lyra

Tradução para espanhol: Flash Traduções

Design gráfico: Conceito Comunicação Integrada

Fotografias: arquivo AIGLP



www.aiglp.org